

AS PERSPECTIVAS DE PARCERIA
COM INSTITUIÇÕES DA
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Setembro/95

APRESENTAÇÃO

Estamos apresentando o relatório do segundo seminário do ciclo de debates: “As ONGs e a Realidade Brasileira”, promovido pelo projeto DEMO. Dentro da nossa proposta de trabalho, esses seminários, devem contribuir com a elaboração de um diagnóstico sobre o processo de transformação do perfil institucional das ONGs, discutindo as transformações pelas quais vêm passando os principais atores com os quais essas organizações se relacionam e suas repercussões sobre o campo de intervenção das ONGs.

Como subsídio a esse processo de análise das tendências no ambiente das ONGs brasileiras estamos produzindo, em parceria com a ABONG, uma série de publicações intitulada “As ONGs e a Realidade Brasileira”. Entre os temas abordados constam:

O papel do Estado em relação às políticas sociais e a exclusão social; As perspectivas de parceria com instituições da cooperação internacional para as ONGs; Os gastos públicos federais com as políticas sociais; Propostas e primeiras ações do governo FHC para as políticas sociais e para a assistência social; As perspectivas das Fundações Empresariais na execução de políticas sociais; Transformações ocorridas nos movimentos sociais e na relação desses grupos com as ONGs; Meios e estratégias de comunicação das ONGs; Novas formas de gestão do poder local.

“Perspectivas de Parceria com a Cooperação Internacional” foi o tema do seminário no dia 13 de setembro de 1995, que reuniu, no Mar Olinda Residence Hotel em Boa Viagem, representantes de 29 ONGs e teve como expositor Jorge Eduardo Saavedra Durão, autor do texto publicado no Cademo da ABONG N° 9.

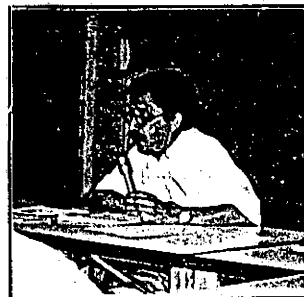
Agradecemos a participação de todos que contribuíram com o debate aqui registrado, especialmente, de Jorge Eduardo que veio apresentar e discutir seu texto, dos expositores do painel de experiências Margarida Bosch, Lúcia Pontes, Francisco Mesquita e de Neide Silva, que coordenou este debate. Agradecemos ainda a Karine Raquel e Gerson Flávio que transformaram o registro do seminário num documento que, além de constituir a memória do evento, compõe um valioso conjunto de depoimentos, opiniões e reflexões sobre a relação entre ONGs brasileiras e agências de cooperação: governamentais, bi e multilaterais, não governamentais e ecumênicas. Esperamos que esse painel possa servir como subsídio, tanto para o diálogo entre esses atores do Norte e do Sul, quanto para o processo de redefinição do papel, perfil e política de parcerias das ONGs.

Rosalira Oliveira
Hans Pepi Schweigert
(Equipe Executiva do Projeto DEMO)

PERSPECTIVAS DE PARCERIA COM INSTITUIÇÕES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Exposição de Jorge Eduardo Saavedra Durão

Introduzindo ao tema, o primeiro painel coordenado por Pepi, trouxe a exposição de Jorge Eduardo e sua vasta experiência e visão sobre o universo das parcerias entre o Norte e o Sul. Ele falou do momento atual de crise e como reage aquilo que denominou de sistema de cooperação internacional. Vamos ver que contribuições nos deixou nosso expositor convidado:



Ao fazer esse trabalho tive a forte sensação de que estava caminhando num terreno movediço. A primeira idéia que gostaria de colocar para discussão é a seguinte: quando estamos falando de perspectivas de parceria com instituições de cooperação internacional não estamos lidando com atores isolados. A cooperação internacional constitui um sistema de relações estruturadas entre agências de diferentes tipos, modelos de organizações multilaterais, ONGs do Norte e do Sul. Naturalmente, é um sistema com muitas contradições, no qual se acionam projetos políticos diversos, muitas vezes forçando posições entre os seus atores, e tem uma certa relação com o desenvolvimento histórico, em termos mais amplos.

Esse sistema de cooperação internacional, num certo sentido, constituiu-se depois da Segunda Guerra Mundial e se desenvolveu em grande parte nessa época de avanço do desenvolvimento capitalista, de constituição de Estados de bem estar social, que se nutriu de determinadas crenças como a da possibilidade de estender ao mundo todo os benefícios do desenvolvimento, em termos dos valores e dos aspectos positivos da modernização.

No final dos anos 80, esse sistema entra num processo crescente de desarticulação de fluidez. A própria racionalidade que vinha da guerra fria, as idéias desenvolvimentistas entram em crise, ocorrendo uma certa quebra dos paradigmas de cooperação vigentes nos anos 60

e 70. Houve muitas mudanças no ponto de vista da opinião pública mundial em relação a cooperação internacional, inclusive, com muita confusão sobre seus diferentes atores e seus papéis.

É preciso avaliar os abalos:

Particularmente, para as nossas ONGs a crise desse sistema representa um conjunto de ameaças, sobretudo do ponto de vista material/financeiro, mas também das alianças políticas que estabelecemos ao longo de décadas. A existência das ONGs está fortemente vinculada a configuração do sistema de cooperação internacional. O fato de constituirmos um elemento crítico e muitas vezes de conflito dentro desse sistema, pode representar uma oportunidade muito grande na constituição de um novo tipo de cooperação internacional.

Um segundo aspecto que precisamos considerar para analisarmos as perspectivas dessa parceria é o fato de nos encontrarmos num verdadeiro turbilhão de mudanças que se dão na América Latina e no Brasil, no qual as ONGs latino-americanas vivenciam sucessivas ondas de ajustes. Não devemos discutir as perspectivas da cooperação internacional, sobretudo a questão financeira, como um tema isolado de questões relativas ao papel, a identidade, ao projeto das ONGs. Há uma forte e crescente contradição entre o nosso projeto e as bases materiais existentes nas ONGs. Até que ponto, nascidas dentro de um determinado sistema e

sujeitas aos condicionamentos desse sistema, as ONGs dispõem de um espaço de liberdade de ação, de criatividade e de poder para mudar, redefinir seus papéis? Esta interrogação vale tanto para as ONGs do Sul como para as do Norte e particularmente, para as chamadas agências de cooperação internacional.

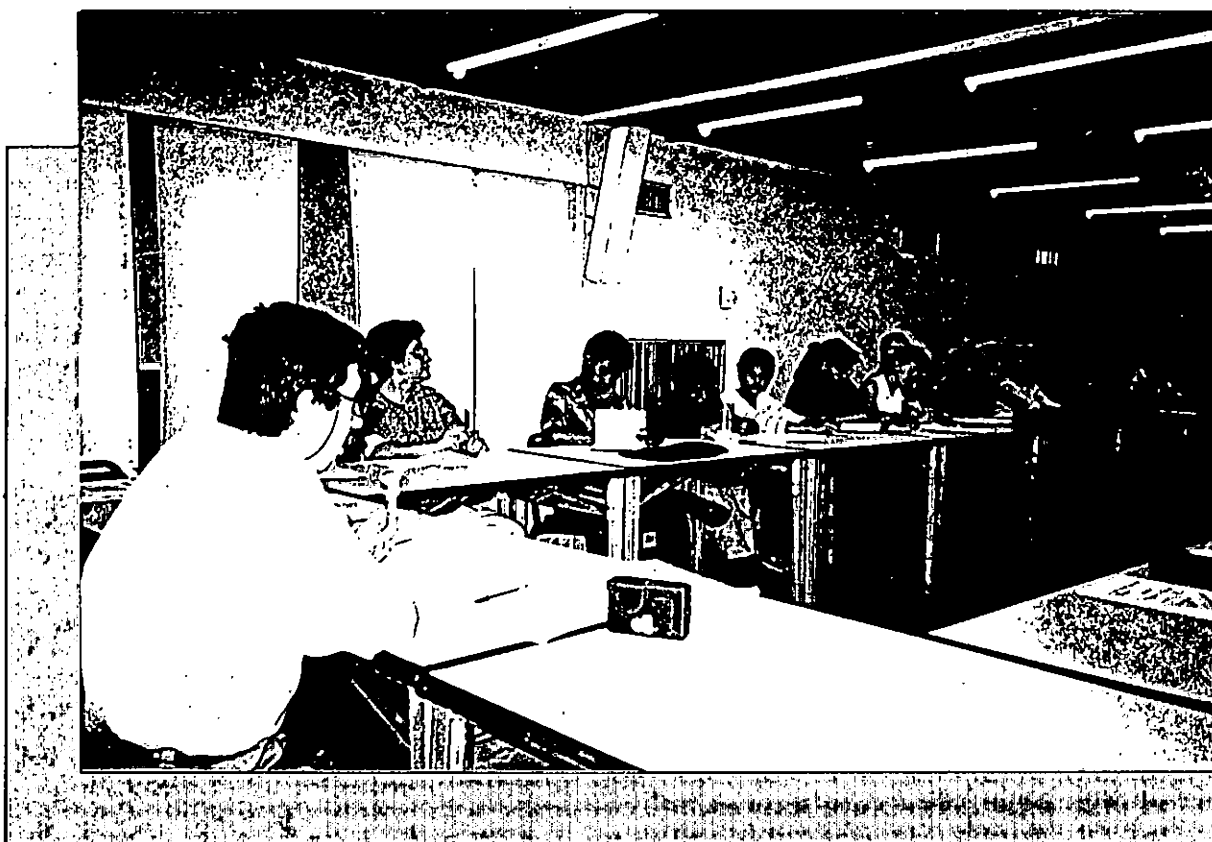
Enfrentamos diariamente parte de um processo de globalização, de ajustes, de mudança que subverte tudo a nossa volta. É um mundo em que tudo o que é sólido desmancha no ar e você se surpreende a cada momento. As próprias respostas a que os Estados nacionais estão sendo submetidos tem impacto, as vezes surpreendente com relação as ONGs. Por exemplo, está em discussão no Brasil o projeto que converteria as organizações sociais em várias instituições públicas estatais. Durante anos, ouvimos falar que o Estado implementaria o processo de privatização das empresas públicas, "para que o Estado pudesse se ocupar daquilo que era próprio do Estado". Agora, esse projeto do ministro Bresser Pereira, se levado a prática, implicaria em transformar várias instituições públicas numa espécie de ONGs, ou seja, em uma nova redução do público-estatal e uma confusão ainda maior no tocante ao que temos chamado de social-público. São mudanças da relação entre a sociedade e Estado, ajustes (como no caso das ONGs) com um impacto econômico muitas vezes desastroso e sobretudo, sob qualquer perspectiva esse é um processo transitório e muito prematuro. Uma coisa que me impressionou foi ver numa conferência que o Banco Mundial promoveu no mês de junho, com relação ao desenvolvimento na América Latina, como as coisas andam rápido, pois havia uma defasagem quanto ao título dado ao evento: "A Realidade da América Latina na Era Pós-Ajustes". Diante da crise mexicana, o próprio vice-presidente do Banco Mundial fez uma palestra e apresentou um documento, junto com uma economista chefe do Banco para a América Latina, dizendo o seguinte: "Temos um ajuste ininterrupto, temos de correr atrás dos fatos, se quisermos ficar aonde estamos temos de correr, se quisermos ir adiante temos de correr ainda mais. São ajustes, ajustes e mais ajustes..." É uma grande confusão, inclusive de receita, pois o próprio caso México levava a um receituário

bastante contraditório.

Nessa discussão é importante termos uma avaliação bastante correta dos abalos que podemos prever que vão atingir o nosso universo, nossas relações com o Estado brasileiro e com a economia, como também um diagnóstico quanto as perspectivas. Logo depois das mudanças ocorridas no Leste Europeu, nos situamos dentro de um sistema de cooperação que reflete as mudanças na ordem política e econômica internacional. Prevemos um futuro de estabilidade ou de crise e colapso? Isso é muito importante para pensar as estratégias de atuação das ONGs. Em determinados planos prevalece um tipo de disputa, que fortalece a convicção de ser um processo de evolução positivo. As conferências da ONU, por exemplo, apresentam determinados diagnósticos que apontam para uma ação coordenada de Estados, ONGs e organismos unilaterais que pouco a pouco podem ir corrigindo certas contradições de um processo que não é criticado de maneira mais aprofundada. Os nexos internos do processo de globalização e seu impacto sobre a realidade social a nível internacional não é esclarecido e aprofundado. Não tenho a resposta, mas a certeza de que a cooperação não será a mesma se prevalecerem nos próximos anos ou décadas situações generalizadas de conflito e instabilidade.

Hora de administrar a escassez:

Posto esse pano de fundo, tentando me aproximar da situação das ONGs brasileiras e analisar suas relações com a cooperação internacional, constato que elas têm suas vantagens e também revelam limitações, considerando seu atual estágio de desenvolvimento institucional. Há uma crescente contradição entre as necessidades desse desenvolvimento e suas fontes de financiamento sustentadas na cooperação internacional. Isso leva a uma indagação sobre a capacidade das ONGs alargarem essa base e conseguirem estabelecer relações com novas fontes de financiamento, fontes nacionais, organismos multilaterais. Cheguei a me perguntar se as ONGs poderiam enfrentar essa dificuldade "sem vender a alma ao diabo". Mas, acredito que as coisas não são tão rígidas, existe espaço para a



ação política. O sistema todo é permeado de contradições e há avanços muito significativos, a nível internacional e nacional, da consciência de que é possível conciliar fidelidade às referências políticas fundamentais das ONGs com as exigências de encontrar novas fontes de financiamento, sendo para isso necessário flexibilidade política, profissionalismo e consistência institucional. Mesmo um governo totalmente hegemônico pela orientação neoliberal, como é o atual governo, onde existem contradições, oferece espaços para as ONGs sustentarem determinadas posições, conquistas sociais. É uma margem de atuação de manobras políticas para nós.

No texto sobre o esplendor e miséria das ONGs, que serviu para o debate na última Assembléia da ABONG, avançamos na constatação e sistematização dessa contradição, até mesmo paradoxo, da existência de maiores espaços para a atuação das ONGs no setor público, seu maior reconhecimento diante da sociedade, inclusive com o próprio Estado mudando significativamente sua posição em relação as ONGs, em alguns aspectos indo além do discurso. Por outro lado, não acredito que tenha havido redução dos recursos da

cooperação internacional para o Brasil, mas uma certa estagnação dos recursos disponíveis para as ONGs, além do acesso difícil e complicado aos recursos públicos.

Com o efeito do Plano Real a situação adquiriu um contorno catastrófico, tanto é que estamos discutindo as perspectivas da relação com nossos parceiros. É positivo que a crise tenha gerado um debate sobre as alternativas. *"A única coisa que aparentemente as ONGs brasileiras dizem como resposta a essa dificuldade é o seguinte: precisamos de mais recursos nacionais e internacionais. Por que não falar da racionalização dos recursos?"*, como questiona Wolfgang Kaiser. É preciso um ajuste dos dois lados entre as contrapartes, do Norte e das ONGs brasileiras. Esse ajuste ainda não foi qualificado. Trata-se exatamente de uma racionalização, ou seja, fazer de maneira pensada, dentro de uma certa lógica política um processo que de outro modo vai ter que ser feito sob pressão de circunstâncias externas, às quais não pode resistir. Não estaria existindo muita duplicação de trabalho entre as ONGs e uma incapacidade de desenvolver parcerias? Por exemplo, as vezes uma ONG resolve uma crise interna constituindo-se em duas. Tentar dirimir

conflitos internos, definir prioridades, cortar coisas com alguma racionalidade, enfim, administrar a escassez não é nada fácil.

Administrar-la a partir de organizações privadas diversas, que deveriam chegar a um acordo entre si, para se colocarem de maneira mais racional e eficaz quanto ao acesso a esses escassos recursos, é uma coisa muito complicada. A resposta aos nossos parceiros tradicionais, com os quais as ONGs brasileiras tem uma vinculação principal, é muito elucidativa. Diante da crise, a resposta das agências de cooperação é o ajuste. Elas têm um argumento difícil de se contestar, porque a cooperação não é detentora de recursos imobilizados. O conjunto de parceiros brasileiros da cooperação internacional sofreu uma perda tão grande que não podíamos ter a expectativa de que ela tivesse o dinheiro para atender a súbita necessidade que as intempéries da economia brasileira nos colocaram.

Tenho a sensação de que esta crise aparece para os nossos parceiros como uma oportunidade de induzir as ONGs brasileiras a assumirem de maneira mais pensada e consequente os impactos das mudanças em curso na cooperação internacional. Não há dúvida de que essa desarticulação, essas modificações do sistema de cooperação, a perda do valor de determinadas crenças, o recuo das idéias de desenvolvimentismo, os próprios fracassos da cooperação, tudo isso geraram mudanças no Norte com efeitos bastante sérios quanto a situação das agências de cooperação e de outras ONGs no contexto dos respectivos países.

Não caberia ter uma visão conservadora com relação a essas mudanças, no sentido de que muitas das críticas que foram feitas à cooperação internacional ocorreram no próprio campo não governamental de seus atores. É muito importante o rigor na distinção dos atores e no entendimento de quais são os alvos de determinadas reações da opinião pública. No texto publicado no caderno da Abong cito trabalho muito interessante do Mariano Valderrama, de uma ONG peruana chamada CEPES, onde ele fala na tormenta da cooperação internacional, mas algumas de suas colocações tem a ver com a consciência crítica que se desenvolve, por exemplo, nos Estados Unidos

com relação a cooperação que é em grande parte voltada para a ajuda militar. Os grandes destinatários da cooperação americana ao longo dos anos foram Israel, Egito, países que tinham uma importância estratégica do ponto de vista militar. Existe ajuda alimentar que muitas vezes tem efeitos desastrosos sobre a economia de países agrícolas produtores de alimentos. Enfim, tomar toda a crítica à cooperação como um ataque à cooperação que nós queremos ou como nós a entendemos, baseada na solidariedade, na visão de um só mundo em que Norte e Sul tem problemas comuns, é outra coisa.

Como andam nossos parceiros:

Não tenho dúvida de que os nossos parceiros na cooperação internacional, particularmente as chamadas agências, tem reagido mal a essas mudanças. Elas tem dificuldades de reagir tanto ao que as mudanças trazem de ameaçador e crítico, como no tocante ao que elas tem de novas oportunidades. Em relação aos ataques desfechados à cooperação, às ONGs e às agências, muitas vezes elas se caracterizam por uma atitude defensiva. Isso talvez seja mais visível em determinados países do que noutros, até porque parece que essa coisa não é igual em todos os países. Por exemplo, as agências holandesas tem sido mais expostas a críticas, tem se visto numa posição mais vulnerável do que o que acontece na Alemanha. O avanço do neoliberalismo e o recuo nas políticas públicas, os cortes nos recursos públicos para políticas de cooperação varia muito de um país para outro, portanto, isso também afeta as relações.

Pensando por dentro, muitas das agências tem mandatos limitados, ou seja foram criadas apenas para apoiar projetos no Terceiro Mundo. Então, se começamos a pensar em termos de uma cooperação que articula a problemática do Norte e do Sul, isso vai provocar problemas para as agências que são muito burocráticas e compartimentadas. Por exemplo, fui a um seminário na Alemanha convidado por uma determinada agência, o tema era "Alemanha Sustentada", achei um avanço extraordinário, inclusive porque colocava a agência em contradição com um interesse muito grande naquele país. Mas, ao ver como age o

departamento de projetos dessa mesma agência, percebi uma coisa completamente imobilista e impermeável. Esse tipo de contradição dentro de uma mesma instituição é um obstáculo muito sério à que elas respondam aos desafios colocados pelo momento. Em outros casos existe uma grande contradição entre os departamentos, provocando conflitos na medida em que o olhar da opinião pública sobre o trabalho das agências é mais crítico, em que as contradições tem que ser reveladas, expostas para que a cooperação se consolide em bases mais consistentes e seguras.

Há também elementos importantes positivos que deveriam ser identificados nesse processo. Por exemplo, muitas agências são vinculadas as igrejas, o que as vezes tem aspectos negativos relacionados ao conservadorismo, certas limitações institucionais e de valores. As agências católicas muitas vezes tem uma dificuldade tremenda de lidar com instituições não confessionais, de saber que o pessoal que trabalha numa ONG não são necessariamente padres e freiras, para os quais basta receber casa e comida. Por outro lado, a ligação dessas agências com valores cristãos representa um contraponto ético importante à hegemonia do neoliberalismo e a mentalidade do darwinismo social pela sobrevivência dos mais pobres.

Poderíamos investir numa compreensão maior de todas essas forças, essas reservas com que se conta na cooperação para uma relação modificada de parceria. Talvez seja um pouco prematuro tentar identificar os limites desse processo, mas uma coisa evidente nas últimas

décadas - período de auge e expansão do sistema de cooperação - é que agências não governamentais de cooperação ampliaram significativamente sua dependência em relação a fundos governamentais e posteriormente, a fundos de organizações multilaterais. Particularmente, é crescente a dependência das agências não governamentais européias com relação a recursos da união européia.

Existe todo um campo social e político de renovação na cooperação, mas por outro lado há também um nó muito grande do ponto de vista dessa dependência econômica e política das agências de cooperação em relação a governos e outros organismos. Torna-se patente nos reflexos do neoliberalismo dentro de determinadas agências, não a exigência de eficácia e eficiência por parte das ONGs, mas a maneira tecnocrática como é incorporada essa exigência. Temos absurdos como, por exemplo, agências que se reestruturam e parecem um balcão de distribuição de recursos. De repente, numa determinada agência tinha desaparecido o departamento para a América Latina, passou-se uma borracha no acúmulo de conhecimentos, de relações de parceria, etc. Os projetos eram distribuídos arbitrariamente por setores que misturavam um pouco da Ásia, um pouco da África, um pouco da América Latina, porque essa agência se submeteu a uma reestruturação orientada por uma empresa de consultoria, sem nenhuma sensibilidade para especificidades da agência e da natureza do seu trabalho. Tudo isso coloca uma série de desafios políticos, de questões estratégicas que teremos de enfrentar.

O DEBATE COM JORGE EDUARDO

Nesse primeiro momento conjunto, a idéia é não tentar estruturar previamente o debate em cima de eixos ou temas, pois eles estão colocados no próprio caderno da ABONG. O que a leitura crítica do artigo provocou em termos de comentários ou até mesmo de crítica ao texto elaborado? Agora é o espaço para que os participantes se coloquem.

Atendendo a um pedido de Jorge Eduardo, Pepi iniciou o debate apresentando algumas informações sobre a cooperação alemã:

“O novo orçamento geral da Alemanha para o ano que vem tem uma diminuição de 1,3%, mas o Ministério da Cooperação conseguiu um aumento de 1,7% no orçamento específico. Analisando os setores para onde são direcionados os gastos temos um aumento muito significativo para os países do Leste Europeu e do Oriente Médio, regiões mais próximas à própria Alemanha. Esses países vivem, em parte, situações de convulsão social e a ameaça de suas populações atingirem o centro das ilhas mais prósperas é maior do que dos continentes que estão separados por oceanos. Por outro lado, dentro desses recursos, 10% são repassados às agências não governamentais, eclesiais e às fundações dos partidos políticos e 30% às instituições multilaterais. Essa tendência confirma que as modificações não são tão grandes, existem acentos que se modificam, como o aumento dos recursos dirigidos ao Leste Europeu e aos países mais pobres na África, que por si só não explicam a crise dos recursos da cooperação internacional (no caso alemã) para as ONGs.”

Pepi concluiu sua colocação deixando uma pergunta para o expositor:

“No texto do Marcos Arruda, *“ONGs e Banco Mundial: É possível colaborar criticamente”*, ele observa o desenvolvimento de projetos do Banco Mundial que estão sendo executados com a participação de ONGs, em que o próprio Banco declara que entre os anos 1973 e 88, 6% dos projetos envolviam ONGs, percentual que em 93 aumentou para 33% e em

94 chegou a 50%. Então, qual a perspectiva, se os próprios governos dos países doadores, diminuindo a sua contribuição com a cooperação não governamental, estão investindo cada vez mais recursos nos organismos da cooperação multilateral, já que esses recursos provêm das mesmas fontes públicas dos países do Norte. Como vê essa questão no contexto das experiências de outros países que passaram por ajustes estruturais maiores na América Latina e que ainda enfrentam as consequências de tais ajustes e de projetos financiados pelos organismos multilaterais?”

Dulcinéa solicitou que o expositor retomasse novamente o histórico e apontasse perspectivas de articulação de fluidez no sistema de cooperação internacional, deixando a seguinte pergunta:

“Não sei se quando penso a cooperação, penso só no lado da Europa ou você deu pouco acento ao que está fora do mundo europeu?”

A questão da oportunidade de induzir as ONGs brasileiras a encontrar alternativas estratégicas de financiamento, principalmente através da busca de fontes alternativas de financiamento a nível nacional, foi retomada por Rosalira:

“Para um sistema que você caracteriza como contraditório, por interesses divergentes entre si, não seria uma lógica muito perversa e unilateral pensar isso? A partir disso, a gente pode pensar que pelo menos essas agências se colocam como parte do projeto neoliberal, na medida que também contribuem para que as ONGs mais rapidamente se integrem ao processo de ajuste?”

Com a palavra Jorge Eduardo:

“Quanto ao enfoque excessivamente europeu basta ler com atenção o texto, para que todas as minhas limitações apareçam, inclusive um certo viés que é dado pela maior proximidade com um certo campo de agências e de instituições de cooperação, o que não é gratuito. Nas últimas décadas, a relação das agências de cooperação européias com o Brasil é muito mais

forte do que com as agências de cooperação e fundações norteamericanas. No texto há referências quanto a essas diferenças, algumas coisas são comuns. Hoje, por exemplo, uma agência que tem um papel importante e parceria com muitas ONGs brasileiras, que é a Inter-American Foundation, é ameaçada por um debate no Congresso dos Estados Unidos sobre a redução dos gastos públicos e questionamentos à cooperação, tendo seu orçamento reduzido em 50%, salve engano. Se bem que para o Brasil não, porque os recursos da IAF estavam investidos num fundo ligado a questão da dívida externa brasileira, de modo que durante anos estará garantido. Para alguma coisa serve as desgraças do país. Levando em conta a formação de novos blocos é importante pensarmos mais a questão da nossa relação com a América do Norte, não só nos Estados Unidos. No Canadá também tem havido problemas sérios, agências como a Desenvolvimento e Paz e outras tem se ressentido, obrigadas a fazer cortes drásticos nos seus apoios a projetos no Brasil.

A reorientação das mesmas fontes governamentais que passam a se destinar à cooperação via organismos multilaterais é um problema muito sério. Gostaria de ter muito mais elementos empíricos quanto natureza da relação do Banco Mundial com as ONGs. No Rio de Janeiro, por exemplo, no projeto de saneamento da Baía de Guanabara haverá muitos recursos acessíveis a ONGs para programas de educação ambiental, isso envolve um novo tipo de relação: o que as ONGs vão fazer? Quem vai definir o que é educação ambiental? Que tipo de relação com o Estado ou Município, enfim, com os órgãos públicos vai ser necessário estabelecer, para se ter acesso aos recursos?

Uma das questões centrais nesse debate é: até que ponto é possível mudar de fontes de financiamento, sem abrir mão de aspectos centrais da sua identidade? Fico imaginando, por exemplo, a FASE trabalha na baixada fluminense com a questão do saneamento, assessorando e subsidiando movimentos populares em relação ao que é feito. O Banco Mundial é uma das instituições presentes nesse processo. Será que não vai mudar algo de substancial na capacidade de ter uma intervenção crítica em relação a esse processo, se por hipótese uma ONG como a

FASE buscasse o acesso aos recursos. Em que condições isso vai se dar? Não tenho nenhuma visão nem conspiratória ou de demonização do Banco Mundial. A recente experiência das ONGs em Rondônia mostra que em determinados contextos o Banco Mundial pode ser até um aliado em termos, levando-se em conta o caráter das forças política e socialmente dominantes, a nível local. Por exemplo, a realização de um painel de inspeção (mecanismo do Banco Mundial), como aconteceu em Rondônia, é um espaço para questionar a atuação do governo estadual, do Incra e outros órgãos.

Quanto a outra questão, disse que havia uma desarticulação, uma mudança de sentido, uma perda de referência no sistema de cooperação internacional, embora não uma dissolução rápida, mas mudanças lentas que tem a ver com a mudança da consciência social, da opinião pública e isso dá mais fluidez, no sentido de que hoje, por exemplo, a cooperação se volta para novas questões como o enfrentamento de situações emergenciais, de pobreza. Aquele sentido de desenvolvimento, como referência principal, se perde. As mudanças do sistema de cooperação dependem de mudanças no ambiente onde ele está inserido no quadro internacional, é difícil de prever. Uma crise como a da antiga Iugoslávia, por exemplo, cria uma ameaça às portas da Europa desenvolvida, que força ou estimula uma determinada reorientação da cooperação. É uma emergência do ponto de vista dos países ricos. Se o mundo entra numa situação de conflitos localizados, espalhados, generalizadamente, isso vai afetar a cooperação. Se o Brasil entra num período de instabilidade social e política, será olhado de uma maneira diferente do que se tudo corre bem dentro do projeto do Governo FHC ou seu sucessor. Existem bilhões de dólares circulando com sentido especulativo, há crises previsíveis, como a situação do México pode se repetir em outros países latino-americanos, a nossa situação ou a da Argentina não tem nada de consistente/seguro. Tudo isso são questões que vão afetar profundamente a situação das ONGs e a nossa relação com a cooperação internacional.

Finalmente, não acho que haja uma lógica perversa. As agências reagem conforme seus limites institucionais e sinto nelas um certo clima

de insegurança política, talvez percebam sua relação não apenas com as ONGs brasileiras. Elas contribuíram no desenvolvimento de vários processos importantes, movimentos sociais, coisas que geraram um certo grau de dependência e sentem que sua situação está mudando, sobretudo aqueles que trabalham dentro das agências relacionadas com a América Latina, que perde espaço na cooperação de modo geral. É natural que haja uma certa preocupação de como não deixar na mão esses parceiros do Sul; de uma hora para outra. Já houve isso, por exemplo, várias agências de cooperação se retiraram do Uruguai, da Argentina, do Chile e de outros países, o que causa um impacto.

No caso brasileiro, as agências vinham dialogando conosco em relação a esta situação, mas de repente um fator interno ao Brasil foi um acelerador do problema. A crise adquiriu uma outra dramaticidade em função da política cambial decorrente do Plano Real. Não é apenas uma questão de não querer, mas até certo ponto de não poder responder de outra maneira. Quanto à questão das agências como parte do projeto político, creio que elas sofrem influências da hegemonia neoliberal, absorvem determinados elementos desse pensamento, do clima da sua sociedade, mas não acho que sejam parte desse projeto.”

Dando prosseguimento ao debate, os participantes fizeram novas colocações, onde a tônica continuou sendo as agências multilaterais. Na opinião de Sandro Ferreira, quando Jorge Eduardo se refere às organizações eclesiais no texto é um tanto pessimista, sendo que na sua exposição falou de um certo potencial positivo das referidas agências. Gostaria que ele esclarecesse mais a questão. Mas, é Sônia Wright que retoma a discussão sobre as multilaterais e aborda a questão do papel das ONGs no contexto dessas novas relações:

“Recentemente, realizamos um seminário sobre a política do Banco Mundial na área da Educação e foi visto que, pelo menos em São Paulo, as ONGs que constam no projeto são todas prestadoras de serviços. Não tem um sentido de ONG como promotora de direitos e parece que o BIRD está financiando algumas

ONGs, através da Prefeitura Municipal do Recife e sua relação/visão também é de ONG apenas como prestadora de serviços, não com esse papel crítico, com uma visão mais autônoma. Nesse mesmo seminário, o professor Marcos André, da UFPE, comentando a afirmação de estar havendo uma tendência em canalizar os recursos da cooperação através das agências multilaterais, disse que na verdade os governos colocam os recursos já marcados para determinado fim, que não existe esse poder todo das agências multilaterais. Ele desmistifica um pouco o mito de tais agências.”

Pepi acrescentou mais uma questão abordada no texto de Marcos Arruda, sobre o Banco Mundial:

“Qual o conceito que o Banco Mundial tem de ONG? Ele define como como ONG as organizações privadas que desenvolvem atividades visando aliviar o sofrimento dos pobres, promover os interesses destes, proteger o meio ambiente, prover serviços básicos, como empreender o desenvolvimento comunitário. E faz uma classificação de ONGs como prestadoras de serviço, distinguindo-as em duas categorias: *ONGs operativas* que planejam e implementam projetos de desenvolvimento e as *ONGs advocatícias* que advogam em seu nome próprio, pelos movimentos sociais ou por causas específicas, como também buscam influenciar as políticas e as práticas das próprias agências multilaterais.”

A palavra volta ao expositor Jorge Eduardo, que tece novas considerações sobre o tema. Para ele a própria referência feita acerca da definição de ONG abre margem para a interpretação de que, mesmo que na prática as ONGs que tem recebido recursos do Banco Mundial os tem recebido basicamente nessa condição de prestadoras de serviços, possa haver um outro espaço para se buscar um novo tipo de relação. A questão mais complicada é a seguinte:

“As ONGs tem tido um papel muito importante na crítica do significado global da atuação das instituições do Fundo Monetário Internacional. É difícil abordar esta questão circunscrevendo o problema a aceitar ou não

recursos do Banco Mundial, enfim, interessa ou não às ONGs ter acesso a esses recursos? O importante é pensar quais são as exigências políticas a serem preenchidas pelas ONGs, se quiserem ter acesso aos recursos. Se isso é uma necessidade ou uma opção, a primeira coisa evidente é o seguinte: é um recurso ao qual se tem acesso em condições muito diferentes do financiamento recebido de um parceiro com o qual se tem algum tipo de relação de solidariedade ou afinidade política, onde a pressão da opinião pública, a capacidade de denúncia, o acesso às informações é muito mais importante? Na minha perspectiva não se trata de responder de maneira simples, se queremos ou não ter acesso a esses recursos. Mas, sim que capacidades as ONGs teriam de desenvolver para ter acesso a esses recursos, sem perda da sua identidade?

Com relação às agências eclesiais, não sei se o que escrevi dá margem à leitura de que foi uma colocação pessimista. Até a parte que foi citada pelo Sandro é uma menção a uma coisa que considero uma experiência positiva, que é essa ação articulada de igrejas na Alemanha em relação à Conferência Conjunta "*Igrejas e Desenvolvimento*", uma experiência nova que tem envolvido algum tipo de participação de ONGs da América Latina, África, Ásia, enfim, não tenho uma visão negativa. As agências eclesiais têm certas limitações, peculiaridades institucionais que em determinadas situações criam problemas no diálogo em torno de projetos. Mas elas têm valores, em certo sentido político, que vejo como muito positivos nesse contexto atual.

Gostaria de dizer uma coisa para provocar a discussão: uma das questões que me parece mais polêmica nesse texto e na situação atual é a ideia de que as ONGs teriam que entrar num processo de ajustes. É a colocação de Wolfgang Kaiser de que "*as mudanças na cooperação exigem um ajuste lá e cá.*" Então, para nós estaria posto esse desafio. Diante da situação que as ONGs estão vivendo atualmente, seria importante entrarmos neste que considero um dos aspectos centrais da discussão."

Com base em sua experiência de 25 anos em ONGs, Dulcinéa fez um paralelo

entre dois períodos distintos da cooperação:

"Recordo-me dos anos 60-70 e a preocupação de debater, compreender e propor coisas em relação às ideias de desenvolvimento que circulavam naquela época, porém lembro-me também que o que imperava em termos de financiamentos da própria cooperação eram projetos piores do que se tem hoje, do tipo motorização do clero, construção de centros sociais, distribuição de alimentos. Hoje em dia é o contrário, não se discute mais desenvolvimento, nem se fala mais nos grandes centros da América Latina que traziam essa discussão para os militantes de esquerda e inspiraram a criação das ONGs no Brasil. Agora não se faz mais essa discussão e por outro lado, tem um bando de propostas a nível de financiamento definidas por temas como ecologia, mulheres e outros. Trocou-se a discussão da ideia de desenvolvimento pela ideia de globalização e aí começa uma certa perda de autonomia.

Na globalização a gente perde mais autonomia, porque as definições estão dadas, esvaziando a discussão de desenvolvimento e conseqüentemente, a discussão da participação, que é outra coisa que se diz sem que realmente tenha um sentido, não só objetivo como conceitual. Cada um entende o que bem quiser de participação, sem que tenhamos um ponto de convergência nesse entendimento globalizante. Esses temas são ótimos e importantes, mas tenho a sensação de imposição. Se você não tiver contemplando gênero, ecologia, está fora da onda, mas temos que admitir que existem projetos de melhor qualidade. Fico surpreendida com a quantidade de documentos que existem de compreensões da realidade, que parece não ter nunca uma tradução adequada ao nosso parceiro. Esse tipo de coisa acontece graças às propostas governamentais dos países, à influência da sociedade civil de lá e daqui, e à própria lógica de mercado. Essas instituições, seja do Norte ou do Sul, não estão fora dessa influência, assim como são Estado no sentido da relação capital-trabalho. Considero as ONGs como entidades públicas, que representam o setor público, não o setor público estatal. A mentalidade que predomina nos anos 80 faz com que se coloque

dentro das próprias ONGs um conjunto de atitudes em relação às próprias atividades, que esvazia o compromisso com a transformação social e as pessoas passam a se comportar muito mais como funcionários públicos, tal qual o funcionário público do Estado.”

Um dos pontos importantes colocados por Jorge Eduardo ao constatar a mudança nos fundamentos do sistema de cooperação internacional, no que se refere a questão do desenvolvimento, não significa que esse paradigma anterior que está perdendo força, fosse o bom paradigma do qual o sistema de cooperação está se desvinculando. Ele lembra:

“Se a gente recordar a posição das ONGs brasileiras que tinham compromisso com a transformação social em todo o período de auge da ideologia desenvolvimentista no Brasil, poderíamos até mesmo dizer que nós fizemos ONGs contra o desenvolvimento realmente existente. A constatação de que essas idéias perderam força em função do avanço do processo de globalização e assumir a globalização como uma espécie de divindade que determina os rumos de tudo, é outro problema. Seria problemático se deixássemos passar na discussão uma espécie de contraposição simples entre o bem que havia antes e o mal que há agora, em função do novo quadro dado pela globalização. O que quis apontar não foi tanto uma valorização das referências sobre as quais se montou o sistema de cooperação, mas pura e simplesmente constatar que o esvaziamento dessas referências deixa o sistema meio que numa crise de identidade, isto afeta também as agências.”

A pesquisa que o Projeto DEMO está fazendo sobre o perfil institucional e as atividades das ONGs revela, segundo Pepi, uma curiosa constatação: “ONG não faz parceria com ONG. Na maioria dos casos, as parcerias são feitas a nível dos órgãos públicos e dos movimentos populares. É raro encontrarmos parcerias entre ONGs, porque as próprias articulações em redes e fóruns de ONGs normalmente acontecem entre entidades que trabalham com o mesmo público ou a mesma temática. Obviamente, isso não soma com as

ações concretas. Consegue-se um intercâmbio de experiências, desenvolvendo até *lobbys* sobre a construção e controle de políticas públicas. Mas isso não permite racionalizar recursos, aumentar o impacto das ações através de um enfoque multidisciplinar no trabalho com os grupos sociais que apresentam múltiplas vulnerabilidades. E nós temos ONGs especializadas em determinadas vulnerabilidades, especialistas em certas temáticas...”

Lúcia Pontes observa que a questão remete a uma colocação que o próprio Jorge Eduardo faz no texto, quanto a expectativa que a própria cooperação tem das redes de articulação e trabalho entre ONGs. Ela complementa sua colocação relatando um pouco da experiência do Centro Josué de Castro:

“A experiência do GACIP, no Recife, é considerada extremamente bem sucedida. Nós temos um financiamento articulado entre quatro ONGs - Centro Josué de Castro, FASE, ETAPAS e CENDHEC - onde o potencializamos concretamente, tanto em relação à temática urbana, visando acompanhar a ação do Legislativo e do Executivo municipal, quanto na tentativa de dar organicidade a uma estrutura, que estabelece a força de trabalho das ONGs no sentido de construir uma atividade que não está sendo contemplada em seus programas de trabalho: construímos um programa a parte.

Claro que é uma coisa extremamente difícil. Se trabalhar recursos dentro da própria instituição é complicado, pela escassez, trabalhar num *pool* de ONGs para que desenvolvam atividades específicas visando potencializar as ações, é mais difícil ainda. Chiega a ser difícil também em relação à cooperação internacional, porque apesar do discurso favorável, temos conseguido muito pouco financiamento a partir dessa iniciativa, que tem quase três anos de exercício. É uma reflexão que temos que fazer, buscando a garantia de potencializar alguns trabalhos e alternativas de parcerias concretas, que se complementem a nível de temáticas comuns.”

Como uma das participantes na constituição do GACIP, Rosalira analisa que no início o grupo não conseguia racionalizar,

ao contrário, sub-racionalizava os custos, pois ao invés de ter dois técnicos de uma mesma entidade fazendo o trabalho, tinha oito: dois de cada uma das quatro entidades. Na sua visão do processo, ela aponta um crescimento onde cada entidade adquiriu mais clareza do seu papel na articulação, inclusive dos recursos humanos com a qualificação que dispunha, ocorrendo a partir daí uma maior divisão de tarefas:

“Isso tem a ver com uma coisa que no jargão da metodologia está sendo chamada de definição da missão institucional. Esse processo de discussão interna que cada entidade viveu e vem vivendo, durante o processo de construção do grupo, também fez com que a parceria, que no início era mais política, aos poucos se consolidasse com um salto qualitativo do trabalho.

Por isso, fiz aquela pergunta primeira ao Jorge Eduardo”, explica Rosalira:

“No bojo da crise financeira e da exigência de ajuste, temos necessidade de repensar práticas e formas de organização entre ONGs, o que é muito bom. São coisas que estavam latentes no chamado período das vacas gordas, onde houve um certo desperdício e/ou má utilização dos recursos. O problema é esta necessidade vir de fora, num processo que estou chamando de não natural: só sobreviverão as mais aptas, mais ágeis, mais eficientes, etc. Essa espada de Dâmocles sobre a cabeça faz com que esse processo de ajuste, de repensar e se qualificar, que é necessário e importante, aconteça sob o signo de um desespero: a gente faz ou não sobrevive mais cinco anos... E as análises catastróficas andam por aí.”

Outro grande dilema em trabalhar e construir projetos de articulação, lembrado por Lúcia Pontes, é a nem sempre assumida cobrança pelas entidades de um não envolvimento tão grande dos seus representantes nesse tipo de articulação, já que eles estão construindo uma coisa fora da instituição e precisam continuar respondendo às questões internas e aos programas específicos de sua instituição. Em seguida, Eduardo Homem procurou apontar as identidades e diferenças entre as ONGs do

Sul e as do Norte, a partir do diálogo entre elas:

“Nós, ONGs brasileiras estamos na juventude, confrontados com o dilema, que é uma percepção sobre nós próprios desde o nosso nascimento: de que éramos finitos no tempo. Tínhamos nascido por diversas circunstâncias e com uma sensação de que passaríamos um período histórico e seríamos naturalmente superados na existência finita. Com o tempo, enquanto passávamos da infância para a juventude, viemos ganhando um certo sentimento de eternidade. Hoje, diante do nosso trabalho, se nos perguntarmos quanto tempo duraremos e se formos honestos conosco mesmos, temos mais forte esse sentimento de eternidade, de que somos necessários socialmente. As agências do Norte estão na maturidade. Tinham até muito recentemente um sentimento de eternidade, mas parece que hoje estão muito confrontadas com a ameaça do seu fim.

Nesse contexto, a crise financeira pela qual passamos tem origens e vislumbres de solução diferentes. Enquanto viemos ganhando legitimidade e a expressão da nossa necessidade social posta pela sociedade como um todo, pelo que chamamos de movimentos populares e mais recentemente até pelo Estado, vem sendo cada vez mais solidificada, parece que a legitimidade das ONGs e das agências do Norte perde substância. Esta seria a razão mais importante da perda de receitas financeiras dessas agências. As informações recebidas da Alemanha, Holanda, Inglaterra e França é que as receitas provenientes das doações dos fiéis às suas igrejas, que compõem boa parte da receita das agências eclesiais vem decaindo nos últimos tempos, por um empobrecimento da sociedade européia, mas também por uma crítica explícita aos conteúdos da cooperação internacional. O mesmo ocorre em relação ao Estado, por força de uma crítica dada a hegemonia do projeto neoliberal e a crítica que começa a fazer da cooperação internacional produzida pelas agências não governamentais.”

Na opinião de Eduardo essa crítica do Estado é introduzida de maneira troncha e aborda o fato, citado por Jorge Eduardo em seu texto, das agências holandesas terem se

submetido a uma avaliação feita pelo Ministério da Cooperação Internacional da Holanda, com critérios absurdos comparados aos parâmetros que a cooperação seguia até então.

“As agências se submetem a uma avaliação estatal que traz embutida também uma desconfiança sobre a sua legitimidade. Enquanto lá há uma perda de legitimidade social-política, a gente aqui atravessa um momento inteiramente diferente. Uma similitude nesses momentos seria o aumento das demandas. Tanto nós, envolvidos que estamos na nossa crise financeira, temos um aumento brutal das demandas, seja do movimento social, da sociedade ou do Estado, como eles, até por decorrência do nosso aumento de demanda, tem também um aumento de demanda.”

Eduardo lembra que nos últimos dez anos criaram-se milhares de ONGs pelo mundo afora e que elas individualmente cresceram muito. Tudo isso produziu um aumento de demanda muito grande para os tradicionais financiadores. E traz outro exemplo:

“Há uns seis meses atrás tivemos aqui um assessor da NOVIB que pintou um quadro catastrófico de quebra de recursos. Na realidade, em termos brutos esses recursos não tem caído, mas tem havido um deslocamento de eixo, quer dizer, cresce muito a importância das agências multilaterais - União Européia, BIRD, BID e decresce a importância relativa do financiamento não governamental. No fim das contas, a expressão dessa crise é financeira, mas na realidade por trás dela tem um grande problema político.”

Por fim, Eduardo retoma a questão que Wolfgang Kaiser coloca como provocação:

“A preocupação com planejamento, eficiência, resultados é perfeitamente legítima, necessária e imperiosa, mas depende da força motriz que hegemoniza essa preocupação. No caso de nossos parceiros do Norte, parece que é mais essa perda de legitimidade, tanto social como diante do Estado. No nosso caso, quero crer que seja mais uma consciência de que temos que ser mais eficientes para responder a essa crescente legitimidade social que nos acomete?”

Na opinião de Dulcinéa a questão política fica debaixo da questão econômica, por isso não se discutem as questões como autonomia e participação, dentro das próprias agências do Norte:

“É um sistema com tanta eficiência, tão organizado que cinco minutos de atraso de um trem ou zero vírgula não sei o que no orçamento já é um colapso. Além disso, há deslocamento de recursos, outras definições e correlações de forças que não estão sendo colocadas. Se a gente fica só na crise financeira é melhor todo mundo fechar as portas, porque saída aqui dentro ainda não tem. Isso sim que é dramático, não o zero vírgula ou o trem que atrasou cinco minutos.”

“Vejo na cooperação internacional a pretensão de ser uma doação financeira permanente. Uma doação financeira emergencial pode ter algum significado, mas quando pretende ser permanente, começo a duvidar. Já viu doação financeira permanente?” - interroga Luiz Carlos. E conclui: “Qualquer doação financeira permanente é fadada a acabar. Estamos tentando uma coisa boa: sobreviver por nós mesmos. É difícil, mas todo mundo está sentindo essa necessidade. É preciso que tenhamos maturidade política, profissionalismo e flexibilidade. A crise financeira vem nos levar a uma necessidade concreta e maior de ajuste, de várias maneiras e formas.”

Neste ponto do debate, Jorge Eduardo faz mais uma colocação:

“Não podemos perder de vista que essa ampliação do reconhecimento social das ONGs é um terreno de disputa de significados, porque a toda hora nos deparamos com coisas paradoxais: o Banco Mundial se abre para as ONGs, desde que elas sejam prestadoras de serviço; o governo se abre para as ONGs, desde que elas sejam funcionais no processo de desmonte do Estado. O aumento da legitimidade das ONGs brasileiras não é apenas resultado de uma manipulação. Elas também ganharam força associadas ao debate sobre a cidadania, enfim, uma série de questões substantivas do nosso projeto. Mas há essa ambiguidade, também no caso do Norte, é muito complicado tratar as

ONGs como um bloco, as ONGs ambientalistas tem ganho espaço, por exemplo. Outros tipos de atores podem se tornar importantes parceiros nos países do Norte, isto é, ONGs que não têm a finalidade da transferência financeira permanente. O problema seria outro, pois infelizmente a capacidade de captar fundos na nossa própria sociedade é mínima.”

Por fim, Jorge Eduardo frisa que o ideal seria uma cooperação não financeira, mas apenas política, é uma utopia que ele ainda não consegue enxergar o jeito de atingi-la.

Gilson aponta para o fato de que as ONGs tem um espaço de atuação no terreno estatal e/ou empresarial, sem perder sua identidade, suas características, seu público e podem adquirir aí recursos financeiros. Na sua opinião, algumas ONGs tem um medo natural, pois nasceram em oposição a esses setores. Em seguida levanta um questionamento: “Estou sentindo falta dessa reflexão aqui, afinal de contas existe essa possibilidade realmente? Qual a experiência concreta e que aspectos dessa experiência podemos avaliar?”

Para Pepi as ONGs se contruíram historicamente, como instrumentos no fortalecimento das lutas populares, a serviço dos movimentos sociais. Não existia a preocupação de consolidar o auto-financiamento institucional, nem a longo prazo:

“Por isso os canais que financiam as ONGs, as organizações não governamentais e eclesiais do Norte, que são nossos aliados tradicionais e tem uma afinidade ideológico-política muito maior do que os outros atores da cooperação internacional, não acompanharam muito bem a transição da ONG como instrumento no apoio à luta popular, a serviço de outros protagonistas, para uma ONG como ator político próprio dentro da sociedade civil.

Outro paradoxo é esse: todo mundo coloca as ONGs em evidência, mas para a cooperação internacional ONG interessa por ser executora de políticas compensatórias nos países de ajuste estrutural; para o Estado interessa por ser executora de serviços públicos que o Estado

desmontado não quer ou não pode mais executar. Sobram os nossos aliados tradicionais, principalmente as agências eclesiais, para os quais ONG deveria continuar a ser estrutura a serviço de outros protagonistas sociais, assessorando os movimentos sociais.”

Pepi citou alguns critérios que uma das ONGs eclesiais da Alemanha coloca como seu perfil de cooperação, que na sua opinião são muito mais antipáticos às ONGs do que aqueles encontrados nos documentos do Banco Mundial. Ela define ONGs como:

“Organizações promotoras de iniciativas de auto-ajuda, ou seja, instituições que prestam serviços a grupos de base, movimentos populares.

Cada vez mais, as ONGs se caracterizam como ator político de direito próprio, sem que se evidencie a origem do mandato para suas intervenções. Considerando a questão da representatividade, é importante apontar para o perigo de ONGs fortalecidas na sua estrutura, com orçamentos subvencionados pelo exterior, se elevarem a instâncias de intervenção política sem que possuam uma base real no seu próprio país.

Crítérios para apoiar instituições, ONGs ou movimentos, colocam como princípio o caráter transitório da ajuda externa e perspectivas de uma futura auto-sustentação. Qualquer apoio contínuo para gastos permanentes de funcionamento da entidade é excluído.

A prioridade absoluta é o fomento de programas e projetos, ao invés do apoio a instituições; o apoio a modelos e experiências limitadas, visto que soluções definitivas escapam totalmente ao âmbito das ONGs.

Entendem uma ONG como estrutura a serviço do protagonismo de outros sujeitos sociais e querem investir em projetos que visam satisfazer as necessidades básicas da população.

Um outro critério é a transparência financeira diante dos grupos alvos, afim de possibilitar um controle social e democratizar também as relações entre as ONGs e seus grupos destinatários.” (extraído do “Perfil da Cooperação de Misereor no Brasil, Aachen, dezembro de 1994)

“O paradoxal é que essa agência, aliada tradicional das ONGs, ainda não abriu mão de uma concepção de desenvolvimento que leve a *“transformação da sociedade”*, uma perspectiva que normalmente não encontramos mais nos documentos da cooperação internacional. No outro lado, essa agência tem uma visão tão crítica e arrasadora sobre o trajeto das ONGs, que para o futuro significa fechar as portas. Realmente, estamos numa encruzilhada em relação a procurar apoios, procurar recursos, definir o nosso próprio projeto de desenvolvimento e como nos relacionarmos com os outros atores sociais, que tem ainda uma dimensão que escapa ao modelo compensatório. Como poderíamos reestabelecer contatos com entidades que estão muito mais próximas de nós do que as outras com as quais a gente se arrisca e se aventura a experimentar novas parcerias?”

Abordando a experiência da Djumbay, organização pelo desenvolvimento da arte e cultura negra, Rosilene relata:

“Estamos construindo uma unidade geradora própria, que é o jornal Djumbay. Na verdade, a entidade sobrevive do jornal e não de financiamento externo. O financiamento que tivemos foi destinado a infra-estrutura material. Hoje, temos uma relação de convênio com o Estado e com seis municípios da região metropolitana do Recife. Conseguimos sentar com a prefeitura, estabelecer um convênio dentro de atividades peculiares, sem perder a autonomia de utilizar a informação que quisermos. A informação não se restringe aquilo que nosso parceiro quer ou não, ele vai ter que aceitar também aquilo que estamos querendo passar. Além disso, o ano passado estabelecemos um convênio de cooperação técnica com o Estado, para um trabalho com as secretarias.”

Rosilene explica que pelo fato da Djumbay ser uma entidade especificamente negra, imagina-se logo que só vai trabalhar cultura, como se a questão fosse meramente cultural. Ela diferencia a experiência da relação com as agências internacionais e com o Estado: a primeira passa por um determinado tramite, até a coisa acontecer e deslanchar, enquanto que a segunda é permeada de toda uma burocracia, muito

transtorno, exigindo um grande jogo de cintura. Mesmo assim a Djumbay percebe o Estado como um parceiro muito interessante, dependendo do que se tenha estabelecido. Em alguns municípios, por exemplo, a relação é mais fácil e permite uma discussão direta com o prefeito e secretários.

“O ideal é que o debate fosse político e que não houvesse relação financeira”, concorda Eduardo Homem e coloca mais um probleminha nessa utopia, referindo-se ao debate realizado em Salvador, promovido por sete agências protestantes européias, que reuniu 60 dirigentes de ONGs e três representantes das agências:

“Apesar dos três dias de interessantes debates, sai com uma sensação de frustração absoluta. Minha pergunta essencial é: qual o real alcance desses debates?”

Eduardo lembrou duas questões dirigidas ao oficial de projetos do Brasil na Cristian Aid, Domingos Armani:

“A agência faz planejamento estratégico e avaliação? Qual a real influência dos oficiais de projeto na determinação das prioridades, das diretrizes essenciais da agência?” A resposta foi: *“O planejamento se dá na direção e a base da agência, na qual o oficial de projetos responsável pelos projetos do Brasil está incluído, apenas pode fazer sugestões. Nunca houve avaliação”*.

“Há uma década, nessa nossa obstinada tentativa de construir um diálogo político com as agências do Norte, onde temos sido inclusive incentivadores frequentes da articulação entre elas, resta-nos interrogar: qual o futuro desse diálogo político, se nossos interlocutores tem um nível de poder dentro de suas estruturas que é próximo do zero, particularmente nas agências eclesiais?”

Continuando a abordagem, Dulcinéa disse que é necessário separar duas discussões:

“Uma coisa é a sobrevivência das nossas organizações mediante tais mudanças, inclusive do apoio financeiro, a outra é que não podemos chegar ao ponto de dizer que as ONGs vão bem e o povo vai mal. Como equilibrar a necessidade

de ter uma contribuição política efetiva com a sobrevivência da própria organização? Até que ponto de fato, o movimento social necessita dessas organizações para garantir sua autonomia e a participação na definição das políticas públicas?"

Jorge Eduardo chama a atenção para o fato de que não podemos cometer o equívoco de nivelar a percepção que as diversas agências de cooperação tem do processo social e político no Brasil, ou do papel das ONGs como atores sociais, ou dos movimentos sociais, porque elas tem posições bastante diferenciadas. Existem várias agências que tem uma visão mais sintonizada com a das próprias ONGs do que outras:

"Há anos debato com a Misereor e há anos que ela diz que não concorda em nada com a FASE, como há anos tem a generosidade de nos apoiar assim mesmo. A Misereor tem um discurso aparentemente de esquerda, para justificar posições conservadoras. O basismo da Misereor é um atraso. Pouco antes do Collor ser derrubado, o representante da Misereor dizia num debate com a FASE, que o espaço público nacional no Brasil não tem importância. Isso é uma posição contrária a via de transformação social que passa pelo fortalecimento da cidadania. É indissociável a análise do discurso da Misereor dos condicionamentos institucionais a que ela está sujeita, pela sua relação com uma igreja predominantemente conservadora na Alemanha e no Brasil. A Misereor defende o localismo porque é uma doutrina compatível com a sua subordinação a autoridade dos bispos, é uma necessidade da sobrevivência institucional."

O fato do centro de poder não estar dentro das agências, faz com que as vezes enfrentem problemas absurdos, afirma Jorge Eduardo, partindo para um novo exemplo e chegando a uma conclusão:

"A Pão para o Mundo precisava de mais dinheiro para agilizar o processamento dos projetos, mas a igreja é pão dura. Acha que a agência deve ser miserável, então deixa uma quantidade relativamente ínfima de pessoas para lidar com um volume imenso de recursos e só atrapalha. É uma economia torta, um prejuízo da mentalidade eclesial, mas o que se há de fazer?"

Se queremos ter um papel ativo na cooperação internacional, se o poder das agências não está nelas, mas nas igrejas, então vamos debater diretamente com as igrejas. Essa seria a consequência necessária desse diagnóstico. O problema é que os nossos parceiros perdem autonomia/respaldo. Muitos oficiais de projetos tem nos advertido com clareza: "*nós não somos mais intermediários entre vocês e o nosso público.*" Nem poderiam ser, porque existe lá uma burocracia da cooperação internacional e as ONGs do Sul são burocracias satélites. Só nos resta ir lá e tentar vender nosso peixe. Dizer: "*Não nos consideramos burocracia nem satélite de ninguém*", pelo contrário, temos muita flexibilidade, pois há anos que conseguimos fazer avançar o nosso trabalho, num esforço que muitas vezes é um verdadeiro malabarismo, para nos enquadrarmos em conceitos como esses que foram lidos aqui, em idéias que eliminam totalmente o sentido de transformação social.

Durante anos, tivemos uma discussão com a Misereor que criticava a FASE por trabalhar com os metalúrgicos de Manaus, categoria onde geralmente existia uma grande rotatividade - um membro da família empregado e três ou quatro dependendo daquele que eventualmente estaria empregado. No entendimento da Misereor não eram os mais pobres dentre os pobres. Não sei se é possível pensar a transformação social apenas com os mais pobres dentre os pobres. Agora sei que a Misereor foi pressionada num determinado momento em que apoiava o trabalho sindical, que hoje mais nenhuma agência apoia, por multinacionais alemãs e pelo consul da Alemanha, que na época estava em Recife e era um sujeito meio fascista. Essas coisas tem que ser colocadas, porque senão fica um debate artificial, quer dizer: nós só podemos ter uma cooperação verdadeira no dia em que os nossos parceiros expuserem com toda clareza e assumirem as consequências das injunções políticas a que eles estão sujeitos nos seus países. Caso contrário, fica sempre esse tipo de posicionamento unilateral em que eles nos dizem o que é bom, quais devem ser os limites da atuação das ONGs e não dizemos o que é bom, o que queremos que mude na Misereor.

Realmente, é um absurdo essa visão de fragmentação da ação política no Brasil e de divisões artificiais entre atores. Não estou defendendo as ONGs contra os movimentos sociais, nem nunca acreditei que as ONGs pudessem substituir os movimentos sociais. Aliás, gostaria de submeter essa relação de critérios ao teste prático do seguinte tipo: será que a Misereor financia a CUT Nacional? Por exemplo, a CUT Nacional não é uma ONG. Como isso se traduz concretamente em termos do apoio a certos atores populares, movimentos sociais relevantes para a sociedade brasileira?"

Concluindo a troca de idéias acerca de múltiplos atores que inserem-se no campo da cooperação internacional, Pepi lembrou uma colocação do próprio Jorge Eduardo:

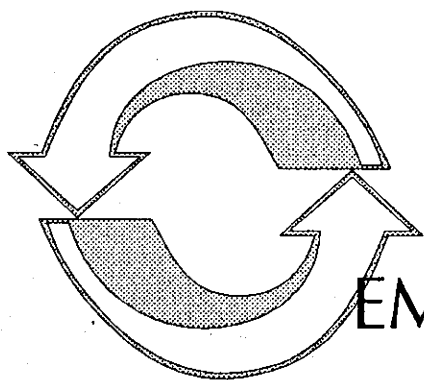
"O grande desafio para as ONGs é de romper definitivamente com a postura dependente na cooperação internacional e de reconhecer o seu papel ativo, seja com as

agências eclesiais, bilaterais ou Banco Mundial. Desenvolver os nossos próprios conceitos requer uma leitura dos dois lados: não só da realidade dos países de origem dessas instituições e das sociedades das quais elas dependem, mas do próprio funcionamento dessas instituições que não adotam em sua própria casa os critérios que estão sendo colocados para as ONGs do Sul. Também requer identificar os nossos verdadeiros interlocutores, pois diante das plataformas, diálogos e mil documentos que já foram produzidos parece que ou as pessoas que deviam ler não leram, ou a leitura que se faz é diferente.

O desafio é começar a formular propostas, encontrar as idéias, identificar os interlocutores, se tornar agentes/sujeitos no campo da cooperação. Enquanto forem objetos da cooperação as ONGs não vão deixar de colocar a crise financeira e o relacionamento entre doador e receptor de recursos financeiros em primeiro lugar."

ASPECTOS DA PARCERIA ENTRE ONGs BRASILEIRAS E INSTITUIÇÕES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Um painel coordenado por Neide Silva, da ETAPAS, reuniu três experiências apresentadas por dirigentes das ONGs: Margarida Bosch (CENDHEC), Lucia Pontes (Centro Josué de Castro) e Francisco Mesquita (EQUIP). Cada qual abordou um aspecto da parceria com as instituições da cooperação internacional, tomando como ponto de partida a experiência prática de sua entidade:



SALDO POLÍTICO E FINANCEIRO DA PARTICIPAÇÃO EM FÓRUMS CONJUNTOS

Margarida Bosch/CENDHEC

O CENDHEC (Centro Dom Helder Câmara) vive apenas o seu quinto ano, portanto sua experiência na relação com a cooperação internacional está apenas na infância. Dentro da cooperação internacional o CENDHEC mantém relações com a Diaconia, agências ecumênicas da Alemanha e um ensaio na Usaid e o BIRD. Pelo tipo de proposta que o CENDHEC tem, se faz como uma seleção natural de interessados em apoiar as suas iniciativas. Como experiência inicial de uma instituição muito nova, foi sendo introduzida nesse mundo da cooperação internacional de uma maneira quase que imperceptível, pouco intencional. É claro que, como qualquer ONG no início da sua fundação buscou apoio, mas demoramos quase um ano para conseguir estabelecer alguma relação.

Inicialmente, foi uma relação num nível inter-institucional para apoio em alguma intervenção. É bastante claro para nós que temos diferentes tipos de interessados em apoiar o CENDHEC, um pouco de acordo com o mundo imaginário dessa cooperação. Por exemplo, temos o apoio da Misereor naquilo que ela considera uma ação local e de base, como sinalizou Jorge Eduardo; temos outras que apoiam mais os serviços que prestamos. Na relação que estabelecemos se coloca muito mais o apoio a projetos e intervenções, do que propriamente a propostas políticas.

O CENDHEC tem uma proposta política, uma origem, uma história, vem de duas tradições bastante fortes enquanto presença no mundo social: a Comissão de Justiça e Paz e o Instituto de Teologia do Recife. Isso dá um pouco a marca e a cara da instituição naquelas pessoas que a fundaram e fizeram o primeiro germe dessa instituição. Curiosamente, aquilo que o CENDHEC faz de serviço, nasce da

demanda de um agrupamento de organizações que trabalham com crianças e adolescentes, que viam e discutiam politicamente a necessidade



de que existisse no Recife um serviço à criança e ao adolescente vítimas ou aqueles a quem se atribuem o ato infracionário. Em atendimento a isso, instituímos um plantão jurídico que presta um serviço de assistência, que podemos discutir até amanhã se é papel do Estado ou da sociedade, mas no nosso entendimento institucional é papel dos dois.

Níveis de relação com a cooperação:

Defini dois níveis de relação com a cooperação internacional:

- aquele que se dá coletivamente, através de reuniões de contrapartes ou plataformas;
- aquele que se dá mão a mão com a agência de cooperação internacional.

Em relação ao primeiro nível mais coletivo, fazemos ensaios ainda muito tímidos e com poucas informações, sobretudo pouquíssimo teste sobre posturas políticas, projetos políticos, concepções conjuntas, tentativas de construção de uma organização compartilhada sobre o que seja o desenvolvimento ou sobre o que seja a intervenção social, onde as ONGs do Sul tem conteúdos extremamente novos para a cooperação internacional. O diálogo é assimétrico e desigual, qualitativamente mais representativo e mais legítimo no Sul do que no Norte.

O que sentimos ultimamente, o Eduardo

colocou um pouco sua percepção da reunião de Salvador, é que estamos frente a funcionários, enquanto me considero da parcela histórica da instituição dentro do CENDHEC, a gente é mais sócio, compartilha os objetivos políticos da instituição. Há uma grande diferença: embora o representante da agência tenha uma postura política, não necessariamente representa o conjunto das instituições onde trabalha, isso dificulta um pouco o diálogo.

Em relação ao segundo nível mais particular instituição-instituição, as relações são um pouco mais frustrantes, porque há pouca novidade e elas fundamentalmente dependem dos interlocutores que no momento estão dialogando conosco. Só para dar um pouco de visibilidade a relação de parceria instituição-instituição, que considero uma coisa impossível, tivemos informação de que uma de nossas agências parceiras tem exatamente 38 minutos em três anos para atender o CENDHEC. Dentro desse parâmetro, imaginar parceria é quase uma loucura.

A relação de parceria, portanto, pode se dar no nível coletivo das contrapartes e plataformas. A construção eventual dessas parcerias, salvas todas as dificuldades que vou tentar colocar um pouco mais na frente, devem qualificar e condicionar as relações institucionais mão a mão, cara a cara, para que haja uma consistência e um acúmulo entre o discurso e a prática, que não é o que temos vivenciado. No nível institucional a ênfase está muito mais nos projetos do que na postura política ou na intervenção social.

O que pesa na mudança de paradigmas:

Frente a mudança de paradigmas que também reconheço como existente nas relações da cooperação internacional, tem duas causas mais claras que são:

Uma compelida pela capacidade de financiamento das próprias agências, mas essa não é a parte mais relevante e sim a construção social dos conceitos de desenvolvimento, Primeiro Mundo, sociedade democrática, enfim, qualquer conceito que se queira colocar. Como se constroi socialmente esses conceitos no Norte e no Sul? Há também uma diferença radical nesse

ponto entre as ONGs do Norte e do Sul, dificultando o saldo político ao qual estou o tempo todo me referindo.

Dentro desse aspecto, a experiência das ONGs do Norte e as do Sul depende muito da inserção social que elas têm. Num corte bem simplista, mas bastante expressivo, diria que o conceito de desenvolvimento e de justiça social no Norte está muito mais apoiado nos direitos individuais do cidadão. Toda concepção de desenvolvimento fica impactada por esse tipo de existência do cidadão nas sociedades desenvolvidas. Ao passo que na nossa experiência, estamos muito mais marcados por carências que no decorrer da transformação para uma sociedade democrática dissemos que não eram mais carências e sim direitos, e se organiza a sociedade em torno desses direitos de caráter muito mais coletivos do que individuais. Isso também vai impactar nosso imaginário do que seja desenvolvimento e uma sociedade mais justa.

Frente a isso temos alguns problemas que tem algumas oposições ou falsas oposições, que nos debatemos com elas: estamos num serviço ou fazemos um trabalho político de organização? No meu entender, esse é um falso dilema. Há que se construir alguma forma de existência social das ONGs, como atores políticos que a gente se auto-determina. O problema das dificuldades políticas, tanto nos aspectos dos serviços como no trabalho de organização política, depende muito da pressão pública, do controle social e da real capacidade de desenvolver atividades públicas e não privadas.

Nesse sentido, um reordenamento institucional das ONGs é muito premente. As ONGs, embora com tarefas públicas, são privadas. As agendas das ONGs são definidas por seus sócios, ainda não temos suficiente elaboração teórica para explicar porque fazemos ou escolhemos isto e não aquilo. Estamos atentos às necessidades sociais ou á capacidade do perfil dos quadros profissionais que temos nas nossas instituições? O reordenamento institucional para uma verdadeira intervenção pública é uma necessidade que na relação com a cooperação internacional precisamos valorizar, desenfazando um pouco as intervenções contrárias e tudo o mais. Temos um bom

caminho para andar e se coloca fortemente na experiência, tanto do Norte quanto a do Sul, o conceito de sociedade, de participação, de solidariedade. São palavras muito usadas, mas muito vagas, sem conteúdo conhecido mutuamente, compartilhado.

É necessário compartilhar valores e crenças:

Volto a crer que o problema dos valores e das crenças ainda se torna muito crítico para esta relação, ou começamos a compartilhar valores e crenças ou apenas compartilhar somente estratégias, que talvez apenas respondam as necessidades institucionais de cada um e não as necessidades de transformação social.

Distingo entre os valores e crenças duas fases com a cooperação internacional:

Numa primeira fase, que escapa um pouco ao CENDHEC e se prende muito mais a experiência da Comissão de Justiça e Paz e ao ITER, nos anos 70-80, quando tínhamos uma identidade de crenças e valores com a sociedade do Norte, apoiados numa visão de desenvolvimento que se dava por etapas e através da solidariedade. Não estou negando que hoje essas coisas sejam cruciais, mas se revestiram de novos conteúdos compartilhados entre o Norte e o Sul.

Nesta segunda fase, não temos essa identidade de visão sobre o que seja desenvolvimento. Os novos movimentos sociais e os movimentos sociais nos desafiam muito, as movimentações massivas nos desafiam muito pela nossa escala, pelo nosso modo de inserção social.

Tudo isso traz problemas internos de desempenho, problemas políticos de poder, de valores e crenças e de envolvimento ou não com a sociedade civil mais ampla. O mesmo acontece com as agências do Norte e há poucas respostas e pouca partilha de reflexões sobre essa questão. Enquanto buscamos uma gestão democrática, as agências exigem um profissionalismo que vem marcado por um estilo de organização/administração que está bastante afastado da questão democrática e se regem por princípios bastante hierárquicos, estrategistas que questiono profundamente, do ponto de vista social. Todos esses níveis de problemáticas

colocam muitas dificuldades sobre as quais não temos possibilidade de diálogo político com a cooperação internacional, não é nem o tempo para fazer isso.

Penso que é muito necessário retomar a questão do público e do privado que, apesar de parecer uma coisa batida, está na ordem do dia para nossa reflexão. Se queremos realmente ser atores sociais, ter tarefas públicas, temos que mudar algumas coisas de nosso estilo de organização e na nossa postura frente aos recursos. O apoio das sociedades do Primeiro Mundo têm seus dias contados, embora o CENDHEC não sinta isso na pele com muita força, comparado a outras instituições que tiveram um corte muito mais radical. A questão fundamental que se coloca é a questão da cidadania: como é mesmo essa sociedade de serviços, essa sociedade de mercado em que se coloca a questão dos cidadãos? Como se discute a questão da cidadania entre o Norte e o Sul, que têm conceitos muito diferentes?

Finalmente, em relação ao saldo político, em termos de reconhecimento institucional o CENDHEC poderia dizer que tem um bom saldo político, tendo em pouquíssimo tempo uma boa inserção na cooperação internacional. Do ponto de vista financeiro, não depende tanto da participação em plataformas que são criadas, porém muito mais do interesse da cooperação internacional em algumas ações dessas instituições, do que propriamente da instituição como tal. Temos tendido a pensar no CENDHEC a necessidade de fortificar a missão da entidade, a sua proposta como uma parte da sociedade civil. É uma reflexão que está começando e recuperando um pouco aqueles aspectos dos valores e crenças, que são os que em definitivo vão nortear e definir as estratégias de nossa inserção na sociedade e nossa relação com a cooperação. A percepção é que nossas crenças e valores poucas vezes são checados, assim como foram pouco checados os dos anos 70-80. A tendência é uma postura estrategista, mudando de campo, de tema, de metodologia. Frente as crises, damos uma resposta que se caracteriza por um tipo de aprendizagem limitada. Como entidade social, precisamos de uma aprendizagem mais abrangente.

AUMENTO DAS DEMANDAS DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO E AS DIFICULDADES PARA CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ONGs

Lucia Pontes/Centro Josué de Castro

O que vou colocar, em absoluto, não quer dizer que é uma verdade para o mundo das ONGs. É sim para o mundo do Centro Josué de Castro, especificamente no enfrentamento do aumento das demandas de intervenção no espaço público e das dificuldades de consolidação institucional. Vou tentar agrupar um pouco algumas considerações, primeiro refletindo sobre o aumento das demandas e depois sobre as dificuldades de consolidação da instituição.

Há um pensamento latinoamericano de que as ONGs cumpram um papel ativo e criativo na elaboração de propostas de desenvolvimento para os diversos extratos sociais. Isso para nós é um certo desafio no sentido de como podemos desempenhar de forma coerente e com qualidade essa expectativa que é criada na América Latina. Temos como orientação que a consolidação do sistema democrático aponta importantes metas na busca de estratégias de desenvolvimento, que nos tiram mais de dentro da instituição para nos relacionarmos com um projeto maior de sociedade.

Em função disso, sempre temos em mente a necessidade de pensar o nosso marco institucional, imaginar que o nosso marco institucional não deve estar apenas voltado para cumprir com os projetos da instituição. A criação de canais institucionais de participação, a partir da Constituição de 88, remeteu-nos um papel real de integração e de uma ativa participação nos processos de elaboração e proposição de políticas públicas. Saimos daquele processo em que construíamos e queríamos consolidar o sistema democrático para, a partir desse desafio, nos inserirmos no espaço público, haja visto que

na elaboração da Lei Orgânica do Recife, da qual participamos ativamente de toda discussão da elaboração, temos 17 canais institucionais de participação com os quais ou nos relacionamos, ou estão relacionados as pessoas com as quais trabalhamos diretamente.

A questão da expectativa das ONGs na América Latina, a consolidação do sistema democrático e o projeto de sociedade que queremos construir, a partir dessa inserção no projeto-macro de sociedade, são as questões mais importantes - do ponto de vista do aumento da demanda - em relação ao papel e a nossa intervenção. O aumento das demandas dá às ONGs uma legitimidade social onde é claramente colocada uma certa defasagem entre a nossa legitimidade, enquanto organização e o que realmente podemos assumir, enquanto estrutura. Na nossa reflexão, a primeira coisa que aponta é a real incapacidade de se adequar ao contexto competitivo que requer uma modernização organizacional. Atualmente, é vital para que possamos melhorar/qualificar mais a nossa intervenção, que a gente se insira num contexto de modernização institucional, que é apontado como principal desafio.

Talvez haja alguma discordância das pessoas no interior das ONGs, mas essa modernização passa a se constituir quase como uma regra. O que era uma excessão ter uma estrutura moderna, uma organização mais



equipada, passa a ser quase que uma regra necessária para se ter uma melhor intervenção. Aí começa a ser formado um grupo seletivo de ONGs que estão qualificadas para esse mundo, enquanto há um grande grupo de estruturas ainda informais e que de uma certa forma se defronta nesse campo competitivo.

Imaginamos pensar um pouco aqui sobre a desproporcionalidade existente entre o que realmente as ONGs são e a magnitude da tarefa de pretender ser. O que concretamente conseguimos ter dentro da nossa estrutura e qual a capacidade de respondermos as demandas, aos projetos e as relações que começamos a assumir, do ponto de vista da intervenção social?

Dificuldades na consolidação institucional:

Uma questão importante do ponto de vista da consolidação institucional é o investimento no capital humano. Vemos que o significado de trabalhar com profissionais preparados para enfrentar as diversas temáticas nas quais estamos nos relacionando hoje, é uma tarefa extremamente difícil, por uma preocupação constante de tentar capacitar/formar quadros e a nossa política de baixos salários. É impossível imaginarmos qualificação, modernização e tarefas temáticas que assumimos, sem pagar salários decentes às pessoas. Ninguém forma quadros, consegue prender pessoas na instituição, profissionaliza se não tem salários competitivos.

Uma outra preocupação é potencializar concretamente os resultados do trabalho. Como está sendo difícil atualmente potencializarmos o nosso trabalho com a base social na qual sempre tivemos identidade, que é o movimento social. É do conhecimento de todos que se relacionam diretamente com isso, o reflexo e as dificuldades que o próprio movimento social também enfrenta em ser propositivo, em acompanhar as discussões, em imprimir qualidade na sua participação nos canais/espços públicos. Como está sendo difícil estabelecer relacionamento com essa porção social com a qual sempre tivemos identidade, que são parceiros das ONGs, de negociar projetos apresentando com qualidade uma participação.

A instabilidade institucional leva a

estrutura de pessoal da instituição, a direção e os técnicos, a uma preocupação permanente com a vida interna da instituição. Desta forma, passamos a construir uma dinâmica extremamente perversa, na qual transformamos a organização num fim em si mesma. Passamos mais tempo preocupados em como vamos sobreviver: de que forma queremos que essas mesmas pessoas sejam extremamente qualificadas, que entendam politicamente como vão negociar com o espaço público, que sejam tematicamente preparadas, quando é impossível pagar bem e ter recursos para o trabalho. Permanecendo voltados para nós mesmos, comprometemos extremamente o cumprimento de nossos objetivos específicos. Temos projetos que estão em curso a serem negociados, queremos que a instituição como um todo tenha tranquilidade para gerir esses recursos e cumprir nossas metas, nossos planos operacionais, pois a instabilidade nos leva a uma insegurança extrema.

Um outro aspecto é que o ativismo em que vivemos dentro da nossa instituição tem imperado e não permite-nos incluir nas nossas atividades normais um programa de capacitação que faça com que possamos acumular conhecimentos e exportar nossas experiências, conseguindo dessa maneira uma maior legitimidade e conseqüentemente, um rendimento melhor dos resultados.

Outra questão importante é que a dificuldade de garantir o funcionamento da estrutura e a carência de recursos humanos impõem sérios limites para cumprirmos a atividade singular de inovar nossa intervenção. Dentro da sociedade somos também caracterizados por trazermos coisas novas, do ponto de vista da intervenção, articulando essas demandas que aparecem com a nossa oferta de respostas sociais. O mundo das ONGs sempre foi identificado como aquele que dava respostas sociais inovadoras, mais interessantes no sentido de trazer o novo para a discussão. Essa dificuldade de funcionamento da estrutura limita-nos também no pensar idéias.

As pessoas e as ONGs. As ONGs e as pessoas:

Vou dizer uma coisa que talvez assuste

muita gente, mas é uma colocação que fazemos, depois de termos confrontado/identificado tudo isso: percebemos que não somos uma instituição extremamente forte enquanto organização, para dizer que sobrevivemos sem as pessoas. Percebemos também que no mundo das ONGs as pessoas tem um peso extremamente importante, enquanto imagem institucional, na negociação de projetos, na representação política. Isso significa que ainda somos reféns, estrategicamente falando, de algumas pessoas da instituição, para que garantam a sua existência. Não nos constituímos como uma organização suficientemente forte, que exista independente dessas pessoas. Estrategicamente, são importantes pessoas que ainda negociam projetos e isso é real.

Lendo o texto do Jorge Eduardo, estávamos preocupados sobre o que traríamos de novo sobre o pensamento da consolidação institucional e percebemos o seguinte: havia um comentário com o qual concordávamos, sobre pessoas que se perpetuam em determinados cargos, mas contraditoriamente o nosso mundo das ONGs também cobra e referencia muito a prática profissional de outras ONGs, pelas pessoas através das quais se faz representar. As mudanças de quadro, as novas pessoas na instituição, as vezes legitimam um pouco dentro do nosso mundo, que também é um mundo que as vezes dá uma certa instabilidade na consolidação institucional. Não estou falando da rede de intrigas, mas é um mundo que favorece isso. Não damos a devida importância a nossa legitimidade institucional, enquanto organização

independente das pessoas.

É necessário construir uma matriz dentro da qual a gente se integre harmoniosamente à questão da construção dos novos métodos de trabalho, do reordenamento institucional, para atender aos desafios os quais qualificamos como os mais importantes. Identificar os parceiros, nossos antigos aliados, buscando contribuir na construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual a qualificação de pessoal é extremamente importante para que tenhamos uma adequada eficiência, com uma capacidade de gestão que não perca de vista o potencial do conjunto de nossas instituições, assim como suas limitações.

Para isso é necessário ampliar nossas fronteiras de relacionamento. O poder local é um campo extremamente favorável, principalmente em relação a cooperação. Temos experiências específicas de trabalho com o poder público, sempre tendo como referência não perder a nossa lógica institucional de instituição não governamental. Podemos prestar serviços ao poder público sem comprometer a nossa missão e ainda tecendo-lhe as críticas necessárias. Por esse motivo, há um certo tempo atrás, o próprio Centro Josué de Castro foi bastante criticado pelo trabalho junto aos órgãos públicos. Hoje, começamos a perceber que podemos fazer isso sem comprometer a imagem da instituição e continuar contribuindo com esse projeto de transformação da sociedade no qual o Centro está inserido e, como as demais ONGs, tem um papel importante a desempenhar.

INTRODUÇÃO NO TRABALHO DAS ONGs DE NOVAS TEMÁTICAS E NOVAS METODOLOGIAS A PARTIR DA NEGOCIAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Francisco Mesquita/EQUIP

Vou colocar um pouco da experiência que a Escola de Formação Quilombo dos Palmares tem conseguido através da sua relação e negociação com algumas agências da cooperação internacional. Primeiro, a EQUIP também é uma entidade nova, tem apenas sete anos e nesse período já teve uma crise bastante forte e foi praticamente à falência. Só não foi ao cartório fechar o registro da entidade, mas teve que demitir todo mundo em 92, por conta das dificuldades financeiras e depois teve que mudar totalmente seu projeto institucional, pensar novas estratégias, pensar uma forma de contemplar o público dentro do seu trabalho de forma participativa e pensar os objetivos gerais de forma que contemplasse a toda problemática e a temática que nós trabalhamos.

A Escola tem um caráter regional: trabalhar em toda região Nordeste é bastante amplo e também um desafio muito grande. Não nos colocamos como a única nessa discussão que trabalha com caráter regional, mas é porque ela nasceu e surgiu a partir da necessidade de trabalhar a formação de lideranças, dirigentes e educadores do movimento sindical. Como no início havia uma ligação muito forte da Escola com a CUT e principalmente, com suas Secretarias Estaduais de Formação, havia a necessidade de se tentar trabalhar uma estratégia de formação para a Região Nordeste dentro do movimento sindical. A Escola nasce exatamente dessa reflexão/discussão de um grupo de lideranças/dirigentes sindicais, juntamente com algumas pessoas que trabalhavam com os movimentos populares. Esse grupo tenta, num primeiro momento, trabalhar uma estratégia para

atender a necessidade dos movimentos populares dentro de um programa que era majoritariamente direcionado para o movimento sindical.



Hoje, passada essa primeira fase, de 87 até 92, a Escola entra numa nova fase que é tentar se reestruturar enquanto uma instituição que internamente tem grandes divergências de compreensão do seu caráter. Há quem defenda que a Escola não deve ser um ator social, porque atua como assessoria ao movimento popular e sindical. Há também pessoas que defendem o contrário, que há um espaço para a Escola enquanto instituição atuar dentro da sociedade civil como ator e contribuir junto com o movimento na perspectiva de fortalecimento da sociedade civil, de fortalecer os movimentos sociais e lutar pela garantia do direito a cidadania.

A nossa relação de parceria praticamente se dá com as agências do campo ecumênico e muito poucas que estão fora do campo das igrejas. Isso tem colocado uma diferenciação na hora de debatermos a questão dos projetos e programas. Primeiro, a própria reflexão que é trazida na hora em que vamos negociar um programa e esbarramos numa dificuldade muito grande. Inicialmente não tínhamos um projeto institucional mais a médio prazo, um plano para três, quatro ou cinco anos. Os planos eram anuais e havia essa exigência de ter um plano de trabalho, um programa mais a médio prazo que

estabelecesse estratégias, objetivos que favorecesse perceber aonde se queria chegar com o trabalho de formação/capacitação que a Escola faz. Em 93 elaboramos o primeiro plano trienal de trabalho da Escola. Quando terminamos de elaborar, a questão que estava colocada era que agora as agências passariam a ter um outro caráter de apoio, não mais de apoio institucional, mas apoio a projetos e programas.

Chegamos ao final da fase das exigências do tipo de projeto a ser apresentado, tanto é que o nosso plano de trabalho atual (Plano Trienal 94-96), que começamos a negociar em 93, é apoiado por apenas duas agências enquanto programa institucional: a OXFAM e o CCFD. Todas as outras, num leque de mais ou menos oito agências, apoiam programas específicos e algumas apenas atividades específicas. Essa é uma primeira dificuldade que encontramos ao começar a discutir, porque temos que pensar internamente como discutir com uma agência um programa institucional, com uma estratégia global, com objetivos a médio e a longo prazos mais ou menos definidos e, ao mesmo tempo, com outra agência preparar um programa de trabalho dentro de uma estratégia de desmembramento, em projetos e atividades pontuais, que fazem parte de um conjunto de atividades. Temos que ter essa flexibilidade para os vários momentos de negociação.

Nas discussões com algumas agências temos questionado, pois essa situação leva para o interior da ONG uma demanda de tempo muito grande, um consumismo de mão de obra das pessoas que devem atuar como educadores, dirigentes e ao mesmo tempo, tem que estar preocupadas constantemente com seu programa de trabalho. Além disso, surgem outras exigências como fazer relatórios e prestações de contas frequentes para coisas diferenciadas.

As novas exigências temáticas:

Com relação às novas exigências temáticas, o que temos percebido e começado a discutir com algumas entidades é que parece que acontecem ondas de modismo temático. Tem um momento em que se tem que estar mais afinado na discussão geral, tem um momento em que se está discutindo a questão dos meninos de rua. Então, toda entidade, toda agência, qualquer

discussão que se vai fazer, é quase que uma exigência de que se encontre alguma forma dentro do seu programa, algum aspecto, algum tipo de criatividade para contemplar essa temática. Em outro momento, por exemplo, a temática é ecologia e como introduzir a questão ecológica no seu programa de trabalho.

Parece que as temáticas entram mais momentaneamente. A gente ficava se perguntando: o que isso significa para uma instituição que se propõe a acompanhar os movimento popular e sindical, que não tem como estar constantemente repensando novas temáticas, novas metodologias, pois requer para quem trabalha com a formação, uma constante reciclagem em cima de temáticas novas, o que não é fácil. Quem tem a prática de trabalhar formação com o movimento sindical e popular, passar a trabalhar uma temática como a questão ecológica ou de meninos de rua, requer uma preparação de quadros. Qual a saída a se pensar? Demitir as pessoas e contratar outras que estejam trabalhando as novas temáticas? Dar condições de capacitar e reciclar essas pessoas? Ficar como uma espécie de bombeiro, faz de tudo, pegando todas as temáticas? Isso é complicado, porque temos que trabalhar e fortalecer uma linha de capacitação que venha a surtir um efeito nos movimentos sociais. Nesse caso, a Escola pensou e optou pelo caminho das metodologias dos movimentos populares e movimento sindical: de que forma introduzir aí as novas temáticas que são exigidas?

Por exemplo, temos pensado em trabalhar a questão de gênero, exigência de quase todas as agências hoje. A questão de gênero, ecologia e geração de emprego e renda é um tripé temático que traz para uma ONG que trabalha com formação, um grande desafio. Como conjugar uma proposta de formação para os movimentos populares e sindical, tendo que contemplar essas três temáticas? Ao mesmo tempo, reconhecemos que são necessárias, é uma exigência que, do ponto de vista da capacitação dos movimentos, está na ordem do dia. Portanto, nos colocamos como que numa retaguarda e ficamos esperando o que vai acontecer dentro dessa discussão.

Como temos enfrentado essa questão mais concretamente?

Para o movimento sindical e popular as relações de gênero, por exemplo, é uma questão que passa às vezes muito longe da cabeça do dirigente sindical. Entre os sindicalistas, pelo menos uma boa parte, o discurso não é condizente com a sua prática. Tem um ótimo discurso, foi preparado ideologicamente, mas a sua prática de convivência com a família, com os filhos, com a mulher é contraditória. Reconhecer que é um homem, que tem uma família e precisa dar tempo para essa família não passa pela cabeça de muitos sindicalistas e de muitas pessoas do movimento popular. Qual o tempo para trabalhar essas questões com sua família?

A gente às vezes brinca nos cursos dizendo assim: o líder sindical tem cabeça, mas às vezes não tem corpo, porque faz parte de uma formação que vem de uma tradição de esquerda, onde a questão de gênero, da relação na família não eram consideradas. E o pior: tem ótimos dirigentes sindicais, suas mulheres também fazem parte do movimento, mas na hora de decidir quem vai para a reunião, quando se tem duas reuniões no mesmo dia, o homem vai e a mulher fica com os filhos.

Portanto, a Escola trabalha a concepção de gênero mais na relação homem-mulher, dentro dos movimentos. Como construir um homem integral para o movimento, no sentido homem e mulher, contemplando toda sua amplitude e a sua problemática de vivência e convivência dentro do movimento social? Existem outras atividades que trabalham a questão específica da mulher, que consideramos interessante/necessária e é preciso que haja uma parceria entre entidades, para se discutir mais amplamente e em conjunto essa temática.

A questão das políticas públicas:

Outra coisa que é levantada enquanto temática é a questão das políticas públicas. Em todas as nossas conversas com entidades da cooperação internacional é colocada a questão das políticas públicas e o que a Escola pode contribuir nessa temática, para o fortalecimento

da cidadania e da sociedade civil. Entendemos que políticas públicas é um tema muito amplo. Não é definido qual o aspecto das políticas públicas interessa mais aquela agência, é apenas colocado como um chavão.

Podemos trabalhar com políticas públicas na educação, na saúde, nos direitos básicos do cidadão, na intervenção nos espaços públicos em alguns momentos. Na Escola, temos pensado em trabalhar a capacitação dos representantes dos movimentos nos conselhos estaduais e municipais. Estamos discutindo essa proposta com algumas agências, mas isso não é claro para a Escola e muito menos para as agências, o que existe da parte delas é uma exigência.

Dentro das questões globais que estão sendo colocadas, temos percebido que as novas metodologias, ou seja, os processos metodológicos para se trabalhar a sistemática tem sido um desafio muito grande. Primeiro, porque a crise afeta como um todo: desde o processo de capacitação/formação, passando pela questão financeira até a compreensão institucional mais política.

Um desafio muito mais geral que hoje está colocado na questão da cooperação é o de trabalhar a parceria. Somos cobrados também pelas agências da seguinte forma: por que não se trabalha uma estratégia regional com as ONGs que fazem um trabalho de educação e formação no Nordeste? Isso passa pelo questionamento dos objetivos afins dessas entidades: quais são os limites entre elas, as dificuldades que se tem em trabalhar a parceria?

Do ponto de vista do saldo político é interessante, mas na prática é muito difícil, porque cada entidade tem um ritmo próprio, tem uma metodologia própria e isso exige um ajuste. No entanto, entendemos que é uma coisa que hoje faz sentido, trabalhar a parceria entre as ONGs, porque podemos economizar recursos humanos, materiais e trabalhar estratégias melhor conjugadas e muito mais amplas para a região, o que é um desafio para o movimento popular e para o movimento sindical do Nordeste.



ALGUMAS COLOCAÇÕES DO DEBATE

Iniciando o debate e retomando a questão colocada por Lucia, das ONGs terem a cara das pessoas que a compõem, Margarida apontou como um grande dilema a passagem que vai dos fundadores às novas gerações de pessoas que trabalham nas instituições, que tem muito a ver com a mudança de perfil das ONGs:

“As exigências de profissionalismo com baixos salários é algo crucial para as ONGs, não apenas para o seu desempenho interno, mas para o seu próprio perfil e desempenho na sociedade. Nas ONGs do Norte a mudança de parceiros/ pessoas também se dá, por exemplo, através do fechamento de um departamento para a América Latina, a relocação dessas pessoas para outras regiões do mundo também faz com que se trunque o diálogo.”

Dulcinéa entra no debate fazendo a seguinte abordagem:

“Nós não temos tido uma capacidade interna, tempo e condições suficientes de prepararmos novas pessoas. Nos últimos tempos, os processos de seleção enveredaram por referências que não correspondem as propostas inclusive das pessoas que fundaram essas ONGs. Há alguns anos atrás, o critério da participação política era importante, ou seja, o comprometimento político das pessoas que eram escolhidas. Tenho muitas críticas as maneiras como se entra e como se sai das instituições. Isso vai se solucionar na medida em que se faça um processo diferente e que as pessoas internamente parem de ter comportamentos de profundo individualismo e voluntarismo.

É preciso pensar a instituição como projeto, porque ela formula o que propõe como transformação na sociedade, não esquecendo sua

essência filosófica e política, ou seja, o motivo pelo qual foi criada.”

Em relação a colocação de Mesquita, Dulcinéa falou que é necessário encarar as propostas não apenas como exigências das agências de cooperação, mas se impor a elas na discussão das propostas de trabalho. Sugeriu que a ABONG seja o porta voz da ONGs na discussão de questões que emperram o andamento das propostas de trabalho, junto à cooperação internacional. Além disso observou um certo equívoco em relação aos conceitos abordados em relação as novas temáticas, mais especificamente como foi tratado o conceito de gênero.

“No Centro Luiz Freire, onde há uma inapetência pelo poder incrível - quem é diretor quer sair e quem não é não quer entrar -, a gente não só se esbarra com o problema da formação, como com essa inapetência.”

Foi assim que Eduardo Homem introduziu a sua fala e as seguintes observações sobre o painel:

“Os novos desafios que são postos para as ONGs jamais conseguirão ser respondidos de forma plena, eficiente e satisfatória por cada ONG sozinha. Tanto o aumento ou as novas demandas implicam numa maior articulação, assim como as novas temáticas e metodologias. Esse nosso discurso de trabalhar com políticas públicas, ser criativo e propositivo ou alternativo, não tem fórmula sem isso ser articulado.

A gente tem algumas experiências interessantes de articulação acontecendo, umas maiores outras menores, lembrei-me de cinco: uma delas, talvez a mais aparente no país, é o Viva Rio, o Planaflores, o GACIP, o Grupo Interinstitucional de Gênero e o próprio DEMO.

O que podemos trazer disso de incentivo para essa necessidade de um aumento da nossa articulação?

No Brasil, este ano o PIB cresce 5% e o emprego industrial cai em igual ou maior proporção, essa é uma tendência mundial. Claro que o Nordeste não é uma região industrializada por excelência no país. Então, dentro dessas exigências temáticas, perguntaria ao Mesquita: qual a preocupação da Escola com o fim do emprego industrial?"

Rosalira lembrou que o aumento de intervenção das ONGs vem em função do momento em que elas assumem a postura de atores da sociedade civil: temos um posicionamento, um acúmulo e queremos buscar espaço para expressar esse posicionamento. Mas, principalmente depois das exposições de Lucia e Margarida, fica uma grande interrogação sobre quem é mesmo esse ator:

"Margarida diz *"ONGs são entidades privadas"*, mesmo com esse caráter público que tanto apregoamos, ela coloca que *"há uma insuficiente elaboração teórica"* para justificar a sua forma de intervenção, o seu existir. Portanto, fica difícil se constituir como ator público se não se consegue sequer justificar perante a opinião pública a sua existência. Lucia vai mais adiante, lembrando que além de privadas são constituídas em torno de pessoas, ou pelo menos nossa representação é constituída marcadamente em torno de pessoas, até devido a fragilidade institucional.

Pensava que a legitimidade desse ator vinha de duas coisas: um enraizamento social não especificamente da instituição, mas da idéia que ela incorpora; e uma certa competência em lidar profissional e politicamente com determinados temas. Dado o quadro que vocês traçaram, do ponto de vista institucional, e acrescida a pressão para incorporar no seu trabalho temas aos quais não se está apto a trabalhar, implica numa capacitação, além da formação especializada. Nesse contexto, não importa tanto a forma como o processo de seleção é realizado, mas que o que se quer de um profissional de ONG não há formação especializada capaz de dar. Outra coisa

fundamental no diagnóstico que Lucia faz, é a preocupação constante com a dinâmica interna que tem consumido as energias de todo mundo. Essa preocupação faz com que se volte cada vez mais para dentro, tornando-se ainda mais difícil buscar essa legitimidade lá fora.

Hoje pela manhã, o Jorge falava do aspecto do Estado e das agências, em relação a legitimidade, o que para mim é fundamentalmente uma questão da relação com a sociedade. É preciso dar respostas sobre o sentido da sua existência.

Por último, a questão da parceria que todo mundo coloca aqui. O Jorge escamoteou no texto, a gente escamoteia no debate, vou escamotear também, não se preocupem. Não podemos avançar na definição de parcerias, sem enfrentarmos o problema da identidade."

Depois das colocações feitas por Rosalira, foi a vez de Jorge Eduardo fazer as suas:

"Até certo ponto está me surpreendendo de que prevaleça uma certa percepção de impermeabilidade dos nossos supostos parceiros às nossas influências. Não estou convencido disso, aliás acho que a questão deveria ser também colocada em termos inversos, quer dizer, e a nossa permeabilidade?

Vejo, particularmente na fala do Mesquita, compartilhando a observação crítica que a Dulcinéa fez, de certa maneira é como se houvessem dois mundos que não se comunicam. Não acredito nisso. As agências, enfim, diferentes espectros institucionais de ONGs do Norte são permeáveis a influência do Sul. Talvez não seja fácil fazer isso numa relação bilateral de uma ONG ou de centenas de ONGs com uma determinada agência, por isso que o "multilateralismo" é fundamental para se estabelecer um diálogo que seja menos assimétrico. Mesmo ONGs e sobretudo governos de determinados países, consideram que certos temas são imposições do Ocidente. A democracia é uma imposição do Ocidente, a questão de gênero também é uma imposição? É um absurdo isso. Quero que as agências venham e influam, se possível até pressionem para que

haja uma incorporação de uma perspectiva de gênero. O fato de vir de lá é até um ganho, ou seja, se a nossa sociedade nesse particular não avançou, porque não sermos permeáveis a influência de fora? Pensar a cooperação internacional em novas bases requer mais abertura com relação a esse ponto, porém faria uma ressalva: podemos influir sobre os parceiros do Norte. Mas determinadas estruturas institucionais no Norte não tem jeito, não sei se conseguirão se modificar. As agências evoluem internamente de maneira diferenciada, algumas conseguem se reciclar.

Um outro ponto é essa discussão sobre as pessoas nas ONGs. As ONGs tem uma ambiguidade muito grande no tocante a discussão e ao enfrentamento dessa questão da relação entre o público e o privado. Isso pode chegar ao seguinte limite: ela aciona quando convem a sua vocação pública e quando não convem, o seu caráter privado. É uma coisa muito perigosa. É muito legítimo que pessoas de fora do mundo das ONGs estejam hoje cobrando coerência delas com relação a isso. Por exemplo, incomoda-me muito a análise que o Augusto de Franco faz, talvez tenha carradas de razão: como é possível que ONGs conciliem o seu discurso democrático para fora com o caráter despótico da gestão de muitas delas? De toda forma é uma questão muito importante se queremos ter mais respaldo social. Esse ponto é um obstáculo real e interno, mais ao nosso alcance, para a consolidação institucional das ONGs.”

Lucia Pontes explicou que quando recebeu a solicitação para abordar a questão da consolidação institucional, estava preocupada em não falar de dinheiro:

“Parece que quando pensamos no assunto, temos que falar de recursos, pois se tivéssemos com bastante recurso estaríamos consolidados. No Centro Josué de Castro não temos mais nada que ajustar, ajuste hoje significa fechar as portas. São muitas tarefas que uma pessoa só tem que assumir. Então, trabalhar com o Estado significa fazer uma discussão política e institucional dessa parceria ou a questão é financeira? Hoje, parece muito mais prático

enfrentar a questão financeira por ser um escape, porque precisamos de uma estabilidade institucional, do que voltarmos a ter uma discussão sobre como política e institucionalmente trabalhar com esses parceiros tão próximos de nós e com os quais nos relacionamos intensamente. Fico com muito medo de que a gente perca nossas referências coletivas, por isso é importante refletirmos: de que forma estamos trabalhando com o Estado, com as prefeituras? Como as ONGs estão enfrentando isso? Qual é o comprometimento político? O que toca a sua questão de consolidação institucional?”

Retomando a questão das novas temáticas, Mesquita volta a situar a área de interesse da Escola - capacitação e formação de lideranças, dirigentes e educadores dos movimentos sindical e popular -, mas observa que novas temáticas são bem vindas, já que visam fortalecer a sociedade civil e o surgimento de um novo homem e uma nova mulher como um ser integral. Responde também as outras questões que lhes foram dirigidas:

“Quanto ao fim do emprego industrial não é uma temática da Escola, mas uma preocupação do movimento sindical e de toda sociedade civil, assim como o emprego público. Uma das saídas para se construir estratégias mais globais e sólidas é a parceria.”

Margarida demonstrou sua preocupação com a missão institucional que vai definir a ação. Ela disse que aposta muito na ABONG como a base social das ONGs que favorece, enquanto atores sociais, ter uma referência a um conjunto de organizações que compartilham uma visão comum de intervenção social, modelo de desenvolvimento ou tipo de democracia, enfim, das crenças e valores que todos vão compartilhar:

“É uma construção e todo investimento institucional que se puder fazer para criar essa referência social é muito importante.”

A representante do CENDHEC defendeu que em relação aos movimentos sociais mais amplos, as ONGs têm que ter

uma posição de diálogo. Também apontou a necessidade de se conseguir recursos que garantam a permanência de profissionais nas ONGs, que estejam a altura das exigências do trabalho, evitando assim o constante rodízio de quadros. Em relação a constituição de parcerias, ela mostrou a necessidade de se traçar um caminho político comum, que passa pela compreensão compartilhada de determinadas problemáticas sociais. Daí, a construção de uma identidade comum tornar-se essencial, para dialogar com a cooperação, com o governo brasileiro, com o movimento sindical, com os empresários, etc.

“Como existem poucos recursos e muitas necessidades, a gente vê livres atiradores numa natural competição pelos recursos. Isso tem repercutido numa falta absoluta de planejamento de intervenção. Não temos no nosso horizonte as necessidades sociais como um critério determinante do tamanho do investimento, do planejamento, da ação conjunta, da parceria, aliança e outros aspectos”, concluiu.

Sobre a questão da impermeabilidade dos nossos parceiros, Neide Silva criticou a posição de determinadas agências que se colocam na relação como quem tem o dinheiro, diante daqueles que só tem idéias e projetos. Observou que há uma rotatividade temática, independente dos temas serem bons ou não. Lembrou que há alguns anos atrás, muitas agências deram ênfase ao apoio institucional, quando várias instituições cresceram e concluiu dizendo que muitas vezes falta transparência entre as ONGs no tocante aos parceiros.

Silvia Camurça disse que a grande maioria das novas temáticas vieram dos movimentos sociais:

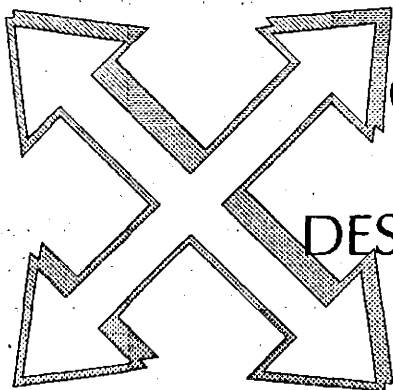
“É toda uma movimentação desses atores sociais para colocar novos problemas, como problemas de cooperação e como objeto de

cooperação. Outra coisa que acontece quando um problema passa a fazer parte da agenda pública, é que ele sai do controle de quem o gerou. Cada organização vai manipulá-lo, utilizá-lo e colocá-lo a serviço a partir dos seus interesses e perspectivas. É preciso ter claro esse processo de como se vai construindo problemas sociais, enquanto objetos de atuação de ONGs, de cooperação. São construções que começam da percepção individual, coletiva e se institucionalizam nos espaços. Claro que a fragmentação de temáticas nos perturba a todos, porque é mais simples pensar o problema todo, capitalismo, a solução é o socialismo.

As duas grandes dificuldades de parcerias: a questão dos protagonismos que é absolutamente verdadeira e um dos aspectos limitantes; a questão do projeto coletivo: há diversidades entre nós, portanto as parcerias se dão em cima de questões bem concretas. Nem sempre temos nos atualizado diante da dinâmica social, o que também contribui para limitar um pouco a questão de parceria: que projeto coletivo estou recriando o tempo todo na minha instituição?”

“Nessa discussão da parceria e negociação com as agências internacionais ficamos com uma visão meio ofuscada sobre o impacto do nosso trabalho”, afirmou Vanderlúcia. Ela ressaltou a importância de que isso seja apreendido e de forma articulada entre as ONGs. Na sua opinião se fala muito na máquina, mas não se compara com os resultados do produto, é importante visualizar os indicadores do nosso trabalho.

Em relação ao intercâmbio entre as ONGs brasileiras, Vanderlúcia sugeriu como algo mais prático e produtivo uma ação de complementariedade, visando não só a redução dos custos, mas a ampliação do impacto. Sugeriu que as duas questões sejam trabalhadas pela ABONG.



DESAFIOS POLÍTICOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ESTRATÉGIAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELAS ONGs PARA O SEU ENFRENTAMENTO

Exposição: Jorge Eduardo Saavedra Durão

Seminário, também coordenada por Neide Silva (ETAPAS), trouxe novas contribuições de Jorge Eduardo, abordando os desafios políticos que estão colocados para a cooperação internacional. Pena que a maioria das agências de cooperação sediadas no Recife e convidadas para o debate não se fizeram presentes. Esta ausência foi registrada pelos participantes, na avaliação final do Seminário.

A última mesa debatedora do

Os desafios políticos da cooperação e as estratégias que podemos desenvolver não são de curto prazo. Um ponto fundamental é tirarmos todas as consequências de tudo o que tem sido visto e dito sobre o processo de globalização. Nós temos que nos dar conta que definitivamente estamos em outro momento, que realmente há um avanço no processo de globalização que impõe uma mudança em profundidade nas relações de cooperação internacional. Ver o que há de novo nisso, pensar na possibilidade concreta de uma cooperação de mão dupla entre o Norte e o Sul, ou seja, reconhecer que a globalização está gerando problemas no Norte, semelhantes aos que há nos países que antes eram do Terceiro Mundo. Pensar que isso também coloca para nós a potencialidade de novas alianças. É muito importante não pensarmos a cooperação como sendo uma coisa que está restrita à relação entre as nossas ONGs e os nossos parceiros tradicionais.

Na parte anterior da discussão, falou-se sobre os movimentos sociais como referência. Concordo que a identidade das ONGs não pode ser dada pela sua relação com os movimentos sociais, mas isso não pode de maneira nenhuma estimular a que as ONGs tenham uma perspectiva de subestimação do papel dos movimentos sociais. Isso também vale no plano internacional, no plano da cooperação. Há uma

possibilidade de identificarmos outros atores nas sociedades do Norte que sejam nossos parceiros numa cooperação com um sentido político novo, mesmo que isso não seja uma parceria da qual resulte um aporte financeiro para as nossas ONGs.

É claro que essa mudança coloca grandes desafios do ponto de vista institucional, para as ONGs brasileiras, mas também a exigência de que as agências revejam seu papel. Insisto nisso porque acho que é um tema prático de debate com as agências. Hoje, falamos em crise da cooperação, mas no diálogo concreto com as agências elas nunca parecem estar em crise. As vezes alguns oficiais de projeto estão em crise, quando estão perdendo seu lugar ou está havendo alguma reestruturação, corte de pessoal, mas a atitude institucional das agências não é para se pensar em crise. Uma estratégia é fazer com que compartilhem esse sentimento de que elas também estão em crise.

Ter um papel ativo frente as Agências do Norte:

Isso significa que precisamos ter um papel ativo com relação ao Norte, não só no sentido de não aceitar acriticamente critérios ou imposições com relação ao que nós fazemos aqui, mas realmente no sentido de sermos mais questionadores com relação ao papel que as agências tem nas suas próprias sociedades. Não

podemos nunca perder de vista que nossos parceiros/interlocutores não podem ser só as agências.

Nós não estamos nos interrogando do ponto de vista dessa discussão sobre o público e o privado, queremos que as ONGs sejam vistas como instituições que tem um caráter social público. A mesma coisa tem que ser posta para as agências: que valor elas tem na/para sua própria sociedade? Que reconhecimento elas tem na sua sociedade, nesse quadro de mudanças? É um debate que muda a qualidade da nossa relação com o Norte. Por exemplo, se vai uma missão de ONGs latinoamericanas à Holanda. De repente, começa-se a discutir com instituições/pessoas atores importantes na sociedade holandesa: como é vista a cooperação por vocês? É apenas a ajuda? O Uruguai foi excluído da cooperação porque não é mais tão pobre assim. Nessa idéia está implícito que o Uruguai nada tem a dizer ao mundo, o que é uma aberração.

Nesse mundo globalizado, acreditamos no projeto de constituição de uma sociedade civil planetária? Está longíssimo disso. Mas, queremos trabalhar nessa direção? Por exemplo, os problemas do desenvolvimento social são só do Sul? Só no Sul tem desintegração social, desemprego e pobreza? Se não é assim, precisamos ajudar o Norte também, além de sermos ajudados pelo Norte. Isso aponta para uma revisão conceitual completa e até terminológica da cooperação internacional. É muito difícil a gente se reconhecer na linguagem da cooperação internacional e aí a nossa dependência pesa, pois acostumamos a nos adaptar aos conceitos, aos critérios. Por exemplo, essa discussão sobre impacto no programa de diálogo com as agências ecumênicas avançou num ponto fundamental, que espero que seja resgatado na prática no processo. Conseguimos colocar como tema para discussão não o impacto do trabalho desenvolvido pelas ONGs brasileiras, mas a seguinte pergunta: onde está o problema, na falta de impacto do trabalho desenvolvido pelas ONGs brasileiras ou num problema de perspectiva do Norte com relação ao significado desse trabalho? Sem dúvida alguma, precisamos questionar se temos algum impacto, se somos

eficazes, eficientes, mas temos que questionar simultaneamente a perspectiva a partir da qual estamos sendo questionados, senão vai ser no mínimo uma posição colonizada.

Mudar a lógica colonizada:

Mudar realmente essa lógica é muito importante. Significa uma posição ativa com relação a isso, para o próprio fortalecimento dos nossos parceiros. Os nossos parceiros se deixaram colocar numa defensiva muito grande. Reconheço que a situação é diferenciada de um país para outro. Por exemplo, o estudo de impacto da cooperação na Holanda, do trabalho das agências de co-financiamento foi uma derrota. Uma avaliação do programa da ICCO, numa missão enviada pelo governo holandês há alguns anos atrás, com a participação de parceiros brasileiros e com resultados bastante positivos dentro da nossa perspectiva, a ICCO deixou engavetada, não teve a tramitação que deveria ter tido normalmente.

Os procedimentos usuais com relação a essas missões de avaliação não foram seguidos. Reclamamos inúmeras vezes junto a própria ICCO e expressamos a nossa insatisfação junto a funcionários do Ministério da Cooperação da Holanda, que estiveram recentemente no Brasil. Se nós somos postos como objeto de avaliação, também temos direito de interferir diretamente nesse processo. É claro que as dificuldades são imensas, muitas vezes em nossos debates tenho a sensação de que no fundo prevalece um sentimento de impotência, mas essa impotência não é inevitável, só se dá pela nossa falta de articulação.

A ABONG tem o projeto de enviar uma missão à Europa, mas esse tipo de iniciativa a própria ICCO e a CEBEMO organizaram no início do ano. Foi uma visita da contraparte latinoamericana à Holanda, no momento em que estava acontecendo o que eles clamaram de recalibração das políticas externas: políticas exterior de comércio, de defesa e de cooperação. Uma iniciativa muito válida, pelo menos algum pequeno impacto tem o fato de que latinoamericanos estão visitando comissões de parlamento. Num momento desse, alguma coisa pode ser feita, por menos relevância que se tenha

com relação ao impacto da nossa ação direta.

Consolidação institucional com ajuste:

Quanto ao desafio da consolidação institucional das ONGs e a problemática do ajuste, deveríamos ter uma estratégia de não considerarmos a pressão das agências como um fato consumado. Temos direito de cobrar coerência. A NOVIB fez todo um processo de debate com as suas contrapartes sobre a constituição de um sistema de apoio. Recentemente, foi uma pessoa na FASE fazer uma entrevista sobre a nossa avaliação do sistema de apoio. Eu disse o seguinte: é uma experiência positiva, mas pensar num sistema de apoio de aperfeiçoamento institucional das ONGs, no momento em que elas estão falindo, é um problema. Há aí um problema de base, não dá para não levar em conta essa situação.

Veio o vice-diretor da EZE e, ao participar de um seminário sobre políticas públicas no Pará, cobrou-nos pelo forte despreparo dos quadros das ONGs e dos movimentos sociais. Concorde, mas isso reflete exatamente a descontinuidade do processo em que vinham as ONGs brasileiras e o seu atraso relativo diante dos novos desafios, novas demandas. Não podemos separar o problema político e financeiro da cooperação. Em termos de postura nessa discussão é equivocante pensar que a necessidade de que a cooperação seja fundamentalmente política elimina a relevância da questão financeira. Que as agências assumam a sua co-responsabilidade diante da descontinuidade dos processos sociais, que elas ajudaram a deslanchar. Essa co-responsabilidade

estar presente, ao menos na consciência, já é um ganho imenso. Numa relação de cooperação não dá para percorrer uma parte do percurso com os parceiros e depois dizer: a partir daqui não posso ir, o problema é seu. Assim não se criam bases consistentes para uma cooperação. É um desafio político da cooperação insistirmos que esse é um problema comum. Também fica claro que não há um problema comum, cuja resolução cabe exclusivamente às agências.

Esse debate sobre o ajuste ainda está muito imaturo entre nós. Haveria um valor nessa fragmentação da ação das ONGs? Talvez tenha um componente de pluralismo, de pluralidade/diversidade, mas acho que não dá para uma ONG permanecer com toda uma infra-estrutura sem ter mais como acionar, enquanto que ao lado tem uma sem infra-estrutura alguma, mas que possui outras capacidades. Então, vamos pensar numa iniciativa própria, de integração, racionalizar a utilização dos recursos e continuarmos o acesso de maneira mais ativa.

Finalmente, dentro dessa perspectiva de um novo tipo de cooperação, além da valorização de novas parcerias com outros tipos de atores, poderíamos privilegiar tudo o que for multilateral. É muito importante que essa multilateralidade seja entendida tanto como multilateral para o nosso lado como para o lado das agências. Por exemplo, quando um conjunto de ONGs brasileiras vai dialogar com a NOVIB, em sua plataforma de contrapartes, é um diálogo multilateral capenga, pois só é multilateral do lado brasileiro. A experiência do programa de diálogo entre agências ecumênicas e entidades parceiras no Brasil é uma idéia excelente em termos de cooperação, a vitória de uma forma que vínhamos martelando há anos.

ALGUMAS COLOCAÇÕES DO DEBATE

que vínhamos martelando há anos.

Eduardo Homem iniciou o debate, abordando a questão da busca de recursos suplementares, dado não só a crise dos financiamentos na Europa, mas a crise cambial no Brasil:

“A crise cambial no Brasil se dá num momento onde a ênfase na questão do ajuste das ONGs, na busca de eficácia, no discurso das agências era muito forte. Essa crise cambial, mesmo que no inconsciente coletivo nosso e das agências, não teria num certo sentido favorecido esse processo de ajuste: eliminação de desperdícios, ajuste de ofertas de recursos *versus* a demanda crescente de recursos, ou seja, essa crise cambial brasileira não acelerou e favoreceu o processo que estava sendo incentivado de ajuste das nossas estruturas institucionais? Por isso, tanto nós quanto as agências não tivemos a tal criatividade para buscar saídas emergenciais.

No debate político, no que diz respeito a busca de recursos nacionais, o grande esforço da ABONG hoje se concentra na constituição do fundo público, relacionado a captação de recursos que fazemos no exterior. É a idéia do fundo que seria constituído com recursos nacionais anuais, equivalentes a captação que fazemos no exterior, destinados à gestão coletiva e nossas atividades. Será que na discussão das agências, elas também não poderiam ser um aliado na pressão sobre o governo para a constituição desse fundo, pois disso já se fala há alguns anos. Talvez tenha avançado um pouquinho no governo FHC, no item boa vontade, mas concretamente não tem nenhuma sinalização de ter acontecido algo na prática.

Há uma semana atrás, houve uma reunião no Centro Luíz Freire, da qual participaram algumas ONGs locais, com a oficial da União Européia, Maria Helena Neves, recentemente designada para trabalhar no Brasil. Ela chegou dizendo que tinha muito mais a perguntar do que a responder, a receber do que a dar, que estava querendo se situar no ambiente das ONGs brasileiras. No final, surgiu a idéia da União Européia se dispor a organizar em Brasília um

debate das ONGs da ABONG com representantes da cooperação oficial dos países da União Européia, que para nós seria abrir um outro campo de debate, uma coisa nova. Ela pediu que fizéssemos uma primeira proposta do que seria o eixo dessa discussão, é outro campo de diálogo político que se abre e talvez a gente tente envolver também os nossos parceiros não governamentais europeus.”

Rosalira chamou a atenção para o fato de que fora das redes as entidades tem uma relação como bloco e pouquíssimo permeável com a cooperação:

“Na verdade, um bloco super poderoso. Esse tipo de concepção enfraquece qualquer possibilidade de articulação, da construção de referências comuns para o diálogo e em termos de estratégias. Há um esforço necessário a se fazer para a ampliação do debate, inclusive no sentido de uma transparência maior entre as ONGs, entre quem detem melhor a informação. Há que se criar canais para que a informação e esse debate fluam. Isso vai ter um impacto de qualidade na possibilidade das ONGs brasileiras se colocarem nesse campo de diálogo.”

Dulcinéa solicitou uma explicação sobre o fundo público. Queria saber por quem ele será formado, quem vai administrar e o que significa em termos financeiros para as ONGs e a própria cooperação internacional. Como inicialmente havia trazido a informação, Eduardo procurou responder-lhe:

“A proposta não avançou ao nível do que você pergunta e em síntese geral é a seguinte: se nós ONGs da ABONG (não seriam só elas) captamos neste ano 60 milhões de dólares, o governo brasileiro colocaria num fundo 60 milhões de dólares. Esse fundo seria gerido por representantes nossos e governamentais, e serviria para financiar nossas atividades. Significa dizer que o Refazendo conseguindo 100 mil dólares de alguma instituição, o governo brasileiro daria mais 100 mil dólares para o Refazendo, neste fundo para o qual todos nós

dirigiríamos projetos.”

Dulcinéa interrogou quanto a origem desses recursos a serem doados pelo governo brasileiro. Eduardo disse que a proposta original é que sejam verbas orçamentárias, mas há outras idéias. Jorge Eduardo também trouxe algumas informações sobre o fundo:

“Isso foi levantado pelas ONGs nesse processo de diálogo que avançou muito pouco, inicialmente com os ministros da Educação e do Trabalho. Um pouco como um argumento para mostrar o seguinte: as ONGs tem uma capacidade de captação de recursos que são públicos externos ou doações do público de outros países. Então, haveria uma certa legitimidade numa contrapartida do governo brasileiro.

Muito concretamente, a discussão sobre o acesso de ONGs a fundos públicos esbarrou em todos os mais complicados obstáculos burocráticos e jurídicos. Também é bastante claro que, principalmente por parte do ministro do Planejamento, que é quem tem o poder com relação a essas questões, há uma ojeriza a existência de fundos e de fundos vinculados.

A defesa do fundo social de emergência é liberar o governo de penhas orçamentárias ou constitucionais, para ele por o dinheiro no que quiser. A criação de mais um fundo especial para apoiar a atuação de ONGs é uma idéia na corrente da política governamental.”

Voltando a questão da cooperação internacional, Pepi falou da falta não apenas de informações no meio das ONGs, sobre aspectos da cooperação internacional que não estamos acostumados a lidar (a questão da cooperação multilateral, por exemplo), mas uma defasagem de conhecimento entre grandes e pequenas ONGs, entre coordenação e técnicos. Ele apontou a necessidade de um diálogo entre ONGs de matrizes diferentes:

“As ONGs mais tradicionais, que não por acaso estão na ABONG, se identificam com um segmento da cooperação internacional, que sustentou essas ONGs com um determinado projeto de desenvolvimento de sociedade, que agora está colocado em xeque pela globalização. A crise que atinge as ONGs não vem das

agências, elas fazem parte dessa crise. Não adianta se colocar de fora dessa crise, que atinge tanto a eles como as ONGs.

Por outro lado, vejo uma necessidade/possibilidade de estabelecer diálogos com ONGs do campo ambientalista, de minorias, que não têm a mesma trajetória e que têm acesso a outros fundos internacionais e nacionais, diferentes dos nossos. Os fundos e as relações de parcerias são outras, no momento em que se colocam novas temáticas, não somente pelas agências, mas também pelos próprios movimentos e pelas ONGs, tanto na discussão no Sul como no Norte.

As vezes sentimos isso como uma interferência, porque parece que as ONGs que se preocuparam sempre com articulação/organização dos movimentos sociais, agora tem que tomar conta de trabalho com mulher, negro, criança e adolescente, meio ambiente, inventar projetos produtivos. Mas tem uma gama de instituições da sociedade civil que tem experiência nisso, tem projetos. Não faria mal um diálogo maior com essas experiências que trabalham outras dimensões de temáticas, que estão sendo colocadas e que também tem outras experiências de relacionamentos institucionais, parcerias, financiamentos, que fogem um pouco do espaço ao qual estamos acostumados a lidar.”

“Quando chega o momento das propostas, sinto que a gente fica com a imaginação um tanto reprimida”, observou Margarida. Lembrou a afirmação de Jorge Eduardo de que o diálogo multilateral é meio capenga:

“Se do lado de lá há uma única agência com suas contrapartes, acho meio capenga também do lado de cá, porque esse diálogo se dá só por convocação de terceiros. A nossa autoconvocação, nossa capacidade de praticar concretamente o diálogo, a partir da nossa existência e dos nossos interesses, é muito baixa.

Para incrementar a cooperação internacional deveríamos criar uma infraestrutura que viabilizasse, onde essa cooperação se apoiasse. Então, volto a destacar a importância que a ABONG pode ter numa iniciativa desse tipo em âmbito nacional. Algo interessante seria levantar/mapear as iniciativas de cooperação em curso, tendo em vista alguma intervenção concreta na realidade social, para ver onde está

e como isso funciona. Se a gente fica com passos muito além das nossas possibilidades, ou seja, sair de zero e já atingir sessenta, vai ficar em zero sempre. Tem que haver passos e criação de uma infra-estrutura de funcionamento da cooperação. No momento, temos algumas práticas, mas são experiências restritas e feitas com muito pouca contribuição dos outros, muito pequenas, que não dão ainda a imagem do que pode ser a cooperação.

Um outro ponto no qual temos que quebrar um pouco a cabeça é imaginar a cooperação nos seus dois aspectos: político e financeiro. É imponente encarar o diálogo com a sociedade brasileira de uma maneira que vá além das nossas fronteiras e parcerias habituais. Fico impressionada como a gente vende pouco nosso projeto político e parte de um pressuposto de que a sociedade brasileira não pode financiar nossas atividades, de que estamos numa

sociedade pobre, mas tem uma parcela que tem e gasta muito dinheiro.

Dentro do campo popular uma coisa que me desafia a inteligência é a Ação da Cidadania. Por mais aspectos críticos que possamos levantar, ela demonstrou que podia mover uma sociedade inteira para fazer alguma coisa. A preocupação com esse diálogo com a cooperação tem que incluir os recursos nacionais da sociedade.

Se a gente não criar minimamente e ensaiar passos concretos de cooperação na nossa sociedade, não temos moral para exigir pautas diferentes de cooperação internacional com terceiros, que estão a cinco, seis, dez mil quilômetros de distância de nós. A responsabilidade por essa sociedade é nossa, não das ONGs, mas também da sociedade e há que mover esse povo para pensar nessas coisas.

Publicação: Projeto DEMO

Endereço: Rua Joaquim Felipe, 101, Recife-PE. Cx. Postal 1655 - Cep 50050-340 -Tel.: (081) 221.3064 - Fax.: (081) 222.1959

Equipe Executiva: Rosalira Oliveira e Pepi Schweigert

Participantes do Seminário: Zafira Peixoto (CEAS-Urbano), Lúcia Pontes e Miguel (Centro Josué de Castro), José Osmar e Margarida Bosch (CENDHEC), Sandro Ferreira (CEASP), Neide Silva (ETAPAS), Maria do Livramento e Marcionita Batista (Grupo Mulher Maravilha), Ivone Lima (Mirim-Brasil), Rosilene dos Santos e Ana Maria Gomes (DJUMBAY), Josana Vital da Silva (CUNHÃ), Vanderlúcia M. da Silva (SABIÁ), Álvaro Pantoja e Luis Carlos Araújo (CENAP), Gilda Guimarães (SOS-Criança), Gênova Silva (Obras Frei Francisco), Francisco Mesquita (EQUIP), Durval Leal (PARA'IWA), Eduardo Homem e Sônia Wright (Centro Luiz Freire), Herbert Reufels, Matilde Ebeling e Alfons Klausmeyer (DED), Karine Raquel (MOVIMENTO), Dulcinéa Xavier e Mônica Jácome (REFAZENDO), Sílvia Camurça (SOS-Corpo), Valdênia Brito (GAJOP), Ana Farias (Casa da Mulher do Nordeste), Luciano Pereira e Jerry Frederico (Associação Gay de Pernambuco), Eduardo Ens e Sandra Unruh (AMAS), Ângelo Zami (CÁRITAS), Sílvia Cordeiro (Centro das Mulheres do Cabo), Maria de Lourdes e Carlos Antonio (FASE), Antonio Carlos (ADIPLAN) e Marcia Andrade (GESTOS)

Registro: Karine Raquel

Fotos: Pepi Schweigert

Redação Final: Gerson Flávio

Programação Visual: Karine Raquel

Assessoria Editorial: Movimento Produção e Cultura

Apoio: DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social)

CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço)

Recife/1995

É encorajada a reprodução total ou parcial dos textos desta publicação, desde que citada a fonte.